

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL

BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

EZILDA FERREIRA BARRETO

**OS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA**

CACHOEIRA

2014

EZILDA FERREIRA BARRETO

OS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosenária Ferraz de Souza

CACHOEIRA

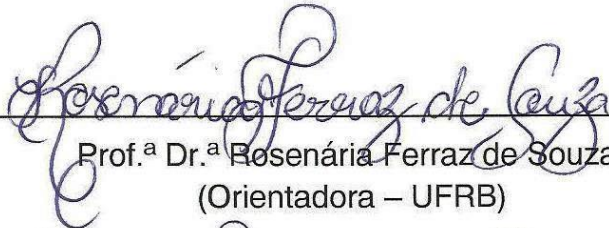
2014


EZILDA FERREIRA BARRETO


Os instrumentais técnico-operativos na prática profissional do Assistente Social no
SUAS: entre a teoria e a prática.

Cachoeira – BA, aprovada em 23/04/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Rosenária Ferraz de Souza
(Orientadora – UFRB)


Prof.ª Ms. Albany Mendonça Silva
(Membro Interno – UFRB)


Prof.ª Ms. Márcia da Silva Clemente
(Membro Interno – UFRB)

Por tanto amor:

À minha mãe (Lúcia), à “minha mô” (Maria Letícia)

AGRADECIMENTOS:

Gratidão é o meu estado de espírito nesse momento. Obrigada Senhor! Juntos conseguimos! Contrariei as ESTATÍSTICAS e isso só foi possível porque vocês estiveram nesse processo: mainha e Letícia (minha motivação) Gilma Reis (pelo afeto materno), Clodoaldo Paixão (aprendo muito com sua lealdade, você é minha referência sob vários aspectos, obrigada por querer fazer parte da minha vida. Te amo!) e Emanuel Sobrinho (pela generosidade e pela doçura). O carinho de vocês chega a ser palpável, consigo sentir mesmo estando longe.

Aos meus companheiros e companheiras de militância e outras jornadas: Daiane Andrade, David Andrade, Dailson Andrade e Gilmara Andrade (família linda e militante); Jocivaldo negão, Gilbrás, Patrícia, Juvanda, Joseane, Ludimila Nobre, Piii (Pedro Juarez); Gilvanda, Rosana Santos, Edcarlos Barreto, Damião, Arlete, José Domingos (Dominguinhos), Nelson Santana, Jordânia Lima, Eduardo Lisboa, Ana Zilda, Nem (in memorian), Vladson, Elielson Carneiro, Juninho e tantos outros (as). Mesmo estando longe estamos perto porque os nossos ideais nos aproximam.

Às minhas queridas: Poliane, Poliana (louquíssima) e Ana Cláudia; Márcia, Ci, Nara (feiraaa), Taine, Lúcia e Vozinha. A companhia de vocês me revigora e me embriaga as vezes (risos).

Àquelas que sem alternativas partiram: Juliana, Geane, Fabiana, Taiane e Reijane. Sonho com o dia em que novamente estaremos todas juntas.

A minha querida orientadora e amiga: Rosenária Ferraz aprendo muito com nossa convivência minha linda. Sem a sua contribuição esse momento teria se tornado insuportável.

À minha banca: Márcia Clemente e Albany Mendonça, as palavras não darão conta de descrever o tamanho da minha gratidão. Muito obrigada pelo carinho.

Sem a disponibilidade e o carinho de vocês (Rosenária, Albany e Márcia) esse momento não seria possível. Viverei a vida toda e não encontrarei as palavras corretas a pontuação perfeita para expressar a minha gratidão.

Aos professores: Henrique (que nunca compra as rifas e estraga prazer alheios com comentários impróprios nas nossas fotos do facebook, rs), Valéria Noronha (uma capacidade de ler a gente “por dentro” incrível), Heleni de Ávila (pelo carinho), Gina (esse encontro é a certeza de boas provocações, obrigada pelo respeito que nutre por mim, saiba que é recíproco

e não adianta: não vou deixar de te provocar, rs), Simone Brandão (pela compreensão, estourei todos os prazos, são as múltiplas determinações rs), Rosemeire (pelo comprometimento e pelo fortaleza) e Marina (sua coerência me impressiona). Vocês dividem não só o conhecimento, vocês compartilham suas vidas conosco. Muito obrigada!

Aos companheiros de caminhada: Kamila/Predinho (de uma pureza e uma sensatez difícil de encontrar em outras pessoas, o café fica muito mais delicioso se for em sua companhia), Lorena (leal e fiel, princípios éticos humanistas são os que não lhe falta), Daniel (a pessoa mais amarela de todo o mundo, não mede esforços quando a questão é ajudar) Tamiz (sempre linda, companheira e amiga), Joyce (chata, insuportável, inclusive, quando fala INCLUSIVE, rrsrs, respeito e admiração não nos faltam) Marthar (prestativa e sensatíssima, preciso dos seus conselhos para viver (risos), para leituras, moda, blogs etc...), Lílian (de um coração do tamanho do mundo, prestativa, sensível a gente nem precisa dizer nada para ela saber o que a gente sente), Indira (pelo carinho e pelo amor verdadeiro), Tiana (precisei vir parar em Cachoeira para encontrar uma irmã, amor à primeira vista existe) Luíse (uma linda, tão fofa... tão... tão... Obrigada pelo carinho), a Thaís Calixto (como pode alguém ser tão frágil e tão forte ao mesmo tempo? Vc é referência para mim) Thiago Sodré (pela força e incentivos, jamais irei esquecer da sua mensagem, em letras garrafais, quando eu estava no ápice do desespero: FORÇA, VC NÃO TÁ SOZINHA!) a Camila (a resenha em pessoa, aqui é a certeza da gargalhada), Janaina e Luísa (aprendemos mutuamente, foi linda nossa relação) Rose Cerqueira (pelo carinho e respeito) . Sem vocês a trajetória seria feita mais de lágrimas que de sorrisos.

A Diego Piedade: obrigada pelo companheirismo e atenção. As suas chatices são preocupações e amor. Nesse período você se amargurou, sentiu a minha dor, a minha angústia e poucas vezes expressou para me preservar. O que nos dá unidade é a nossa sensibilidade. Te amo!

Gilson, Vânia, Paulinho (lindão e fofo), Valdir Alves (pela resistência), Cláudio Lisboa.

Ao movimento Estudantil da UFRB e ao Centro Acadêmico Marina Cruz, à Casa de Estudante Ademir Fernando e ao grupo de estudos e pesquisa: Natureza, Trabalho, Ontologia Social e Serviço Social (NATOSS). À Pastoral da Juventude Rural/Via Campesina, a Biblioteca Comunitária de Tapuio e aos Coletivos de Jovens.

“Fundamental é mesmo o amor. É impossível ser feliz sozinho” (Tom Jobim).

*“Prepare o seu coração
Prás coisas
Que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar...
Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo
E nos sonhos
Que fui sonhando
As visões se clareando
As visões se clareando
Até que um dia acordei...
Se você não concordar
Não posso me desculpar
Não canto prá enganar
Vou pegar minha viola
Vou deixar você de lado
Vou cantar noutra lugar”
(Geraldo Vandré- Disparada)*

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a categoria instrumentalidade à luz do materialismo histórico-dialético e para tanto, partimos da constatação, a qual assevera que o Serviço Social se constitui enquanto ramo especializado do trabalho coletivo gestado a partir das condições sócio-históricas, inerentes à sociabilidade e racionalidade burguesa. Logo, é síntese de um processo histórico criado para dar respostas às demandas que lhes são colocadas. Desse modo buscamos identificar as possibilidades de ampliar as alternativas frente aos limites estabelecidas pela sua condição de inserção na divisão socio e técnica do trabalho.

Palavras-chaves: Instrumentalidade. Dever Ser. Teleologia. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the instrumentality in the light of historical and dialectical materialism category and so, we start from the observation, which asserts that social work is constituted as a specialized branch of the collective work gestated from the socio-historical conditions, inherent sociability and bourgeois rationality. So, is synthesis of a historical process created to respond to the demands placed on them. Thus we seek to identify opportunities to expand the alternatives facing the limits set by their condition insertion in social and technical division of labor.

Keywords: instrumentality; should be; teleology; Social Service;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB – Normativa Operacional Básica

NOB/RH -Normativa Operacional Básica e Recursos Humanos

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PROJOVEM: Programa Nacional de Inclusão do Jovens

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Formandos em Serviço da Universidade Federal do Recôncavo 2013-2014 . Error! Bookmark not defined.	
Gráfico 2 Sobre o trabalho socioeducativo no Serviço Social	75
Gráfico 3 Desafios identificados pelos Assistentes Sociais	77
Gráfico 4 Possibilidades de atuação no SUAS	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. 0 CONTRADIÇÕES, CONSERVADORISMO E IDEOLOGIA: ASPECTOS SOCIO- HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	17
1.1. Da “passagem” das protoformas à profissionalização do Serviço Social.....	32
1.2. Do conservadorismo à intenção de ruptura: a construção de novos horizontes para o exercício profissional.....	37
2.0 A INSTRUMENTALIDADE NO IR E VIR: ENTRE A TEORIA À PRÁTICA	46
2.1 Na travessia: a unidade entre teoria e prática na diversidade.....	57
3.0 SITUANDO NA PRÁTICA PROFISSIONAL A UNIDADE TEORIA E PRÁTICA NO RECÔNCAVO DA BAHIA.	60
3.1 O Sistema Único de Assistência Social no Recôncavo: uma análise necessária	65
3.2.3. A CONTRADIÇÃO ENTRE OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO SUAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	73
3.2.3 TEORIA E PRÁTICA: A MATERIALIDADE DESSA RELAÇÃO NOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS OPERATIVOS.	79
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	87
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os instrumentais técnico-operativos na prática profissional dos assistentes sociais e sua relação entre teoria e prática, com a finalidade de identificar como está se processando a unidade teoria e prática, à luz do materialismo histórico-dialético. Nosso objeto de estudo e pesquisa se refere, portanto, aos instrumentais técnico-operativos na prática profissional do Assistente Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir de alguns espaços sócio-ocupacionais, no Recôncavo da Bahia, especificamente, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Secretaria de Assistência Social.

Esse estudo é resultado das inquietações emergidas durante meu processo de formação profissional e da minha vivência durante o estágio curricular supervisionado na Secretaria de Assistência Social em São Félix – BA, que me possibilitaram importantes reflexões, dentre tantas questões, me chamou atenção o processo de trabalho do Serviço Social e, a partir daí, me inquietei sobremaneira com o fazer profissional, sobretudo o lugar dos instrumentos e técnicas – os quais fazem parte desse processo de trabalho – utilizados no exercício profissional. Ante este processo, venho problematizando a seguinte questão: os instrumentos e técnicas estão sendo um fim em si mesmo ou estão dotados de intencionalidade, ou seja, assumem a dimensão teleológica da prática profissional orientada pelo projeto ético político da profissão?

Ora, me inquieta a seguinte hipótese: Os CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social atendem as demandas espontâneas sem articulá-las e organizá-las, desta forma atendem as necessidades pontuais encerrando-as em si mesmas. Esta lógica responde à imediatez da questão, sem, contudo, desvendar e/ou atingir a “raiz” das questões as quais se apresentam no cotidiano.

Dentre tantos dilemas impostos à prática profissional escolhi a análise dos instrumentais e técnicas, entendendo-os enquanto componentes da dimensão técnico-operativa, que em articulação com as categorias teórico-metodológica e ético-política, dão materialidade à prática profissional. Compreendendo, inclusive, que os instrumentais técnico-operativos é uma das mediações que poderá corresponder a uma prática profissional orientada e comprometida com o projeto ético político.

Dessa forma, propus-me a analisar como estão se processando os instrumentos e técnicas a partir da categoria ontológica e reflexiva, a instrumentalidade, na prática profissional do Serviço Social, nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e São Francisco do Conde.

O método de análise que privilegiamos é o materialista histórico-dialético. Nossa pesquisa tem natureza qualitativa, para Minayo (2006) esta metodologia se constitui num desafio tendo em vista que muitas vezes é minada pela visão positivista. Segundo esta autora o nível qualitativo num patamar mais profundo da realidade social, sendo que o fato deste nível não poder ser operacionalizado em números e variáveis não significa que não possa ser experimentado, pesquisado e conhecido.

Nossa análise dos dados baseia-se na pesquisa documental, baseada na pesquisa de campo no Recôncavo da Bahia acerca dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais da região, realizada na disciplina Instrumental Técnico-Operativo I, ofertada no 5º semestre do curso de Serviço Social da UFRB, 2013-2, pelos discentes¹, sob a coordenação da docente da disciplina, comportando diferentes áreas de atuação, com destaque às políticas sociais que compõem o tripé da seguridade social no Brasil: saúde, previdência e assistência social. A partir do nosso objeto de estudo, optamos pela assistência social. Delineamos e recortamos o que nos apresentam como questões de fundo à nossa pesquisa, os instrumentais técnico-operativos na prática profissional dos assistentes sociais, acerca da relação ente teoria e prática.

Para Chizzotti (1995) a pesquisa documental é a listagem exaustiva ou seletiva de documentos gerais ou especializados, de âmbito nacional ou internacional sobre conhecimentos gerais ou especializados. Para o presente trabalho fizemos a listagem seletiva de documentos especializados na área de Serviço Social. Realizamos a análise de conteúdo que para este autor:

[...]é um método de tratamento e análise de informações, colhidas, por meio de técnica de coleta de dados, consubstanciada em um documento [...] o

¹ Agradecimentos especiais aos discentes da disciplina: Adenilton Marques; Ágata Magalhães; Alceu Pedreira; Ana Renata Martins; Angela Silva; Arleide Oliveira; Bruna Passos; Carine Meireles; Caroline Oliveira; Catharina Kaly; Cláudia Núbia; Claudísia Anjos; Cristiano Oliveira; Emanuele Mascarenhas; Fernanda de Brito; Girlene Querine; Isabelle Santana; Jacyara Fiais; Jamile Fernanda; Jessiane de Brito; Jonney Souza; Joseane Santana; Juliana Prado; Lindalva Barreto; Luana Gabriela Braz; Mailson Santos; Manuela de Souza; Maria Beatriz; Maria Lúcia de Almeida; Mary Gene Paixão; Mayra Dutra; Mayse Andrade; Michele Dórea; Milene Nascimento; Patrícia Carvalho; Poliana Santos; Rafael Fiuza; Rafaela Santana; Rafaela da Silva; Renata Baião; Rita Silva; Simone Santos; Solange Santos; Tamires Santos; Thercília Souza; Valdicleide Dias; Ysnarkaiio Santos.

objetivo de análise do estudo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu sentido manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 1995, p. 98).

Além disso realizamos a pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (1987, p.66), trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o assunto que se está pesquisando, em livros, jornais, teses, monografias com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com toda a bibliografia produzida sobre a temática.

Realizamos a análise de 08 entrevistas as quais continham apenas questões abertas relacionadas à importância da prática/teoria e da sua relação, ao projeto ético político bem como aos instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional. Optamos por chamar as assistentes sociais pelos nomes de Margarida Alves, Clara Marighella, Iara Ilvalberg, Ana Mércia, Aurora Maria, Rose Nogueira, Dulce Maia e Nilda Carvalho. A escolha dos nomes deveu-se ao cinquentenário pós Ditadura Militar, marco para o Serviço Social brasileiro. Esses nomes, são nomes de mulheres desaparecidas, mortas e sobreviventes do Regime ditatorial brasileiro. Nesse sentido, busco homenageá-las, ao mesmo tempo em que convido o/a leitor/a para uma reflexão sobre uma prática que intencione a ruptura.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo: “Contradições, Conservadorismo e Ideologia: aspectos sócio-históricos do Serviço Social brasileiro, buscamos dar densidade à profissão na história, a partir da clássica obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (Iamamoto e Carvalho, 2010). Apresentamos elementos fundamentais para entender o significado sócio-histórico da profissão, sua herança ideo-cultural, ideo-político e teórico-doutrinárias, e a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho; elementos essenciais para discutir a presença do conservadorismo e do neo-conservadorismo na prática profissional.

No segundo capítulo, “A Instrumentalidade no Ir e Vir: entre a teoria e a prática”, debatemos sobre a unidade teoria e prática à luz do materialismo histórico dialético. Discutimos os falsos dilemas que permeiam a profissão do Serviço Social, os quais se constituem nas seguintes assertivas: na prática a teoria é outra e o materialismo histórico-dialético não instrumentaliza para a prática. Procuramos distinguir práxis social, prática revolucionária e prática profissional e problematizamos a unidade teoria/prática bem como discutir a categoria instrumentalidade enquanto uma propriedade constitutiva da profissão construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

No terceiro capítulo, “Situando na prática profissional a unidade teoria e prática no recôncavo da Bahia”, caracterizamos, brevemente, o Recôncavo, pois consideramos fundamental para apreendermos as mediações imbricadas no seu processo de formação social, política, cultural e econômica, à prática profissional comprometida com a realidade. Posteriormente, sinalizamos alguns aspectos centrais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e, posteriormente, a análise documental a partir da coleta de dados da pesquisa de campo realizada na disciplina, Instrumental Técnico-Operativo I, do curso de Serviço Social da UFRB.

1. 0 CONTRADIÇÕES, CONSERVADORISMO E IDEOLOGIA: ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O objeto de estudo e pesquisa deste trabalho se refere aos instrumentais técnico-operativos na prática profissional do Assistente Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir de alguns espaços sócio-ocupacionais, no Recôncavo da Bahia, especificamente, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e a Secretaria de Assistência Social.

Compreendemos que as dimensões teórico-metodológica e ético-política, formam uma unidade importantíssima na formação profissional se articuladas à dimensão técnico-operativa. Nesse sentido, o ponto de partida que elegemos no início deste estudo se encontra no diálogo teórico apresentado na clássica obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (Iamamoto e Carvalho), pois parte das singularidades que retroalimentam nossa profissão e se encontra com a universalidade que envolve a realidade social na qual dá-se a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social no marco da sociabilidade burguesa. Dessa forma, intencionalmente, a escolhemos, para situarmos a instituição Serviço Social e fundamentá-la historicamente.

Em Iamamoto e Carvalho (2010) compreendemos o significado social da profissão em sua inserção na dinâmica da sociedade capitalista, pois é a partir do modo de produção e reprodução de relações sociais que o profissional de Serviço Social será solicitado. Nesse sentido, os autores situam a profissão no âmbito das relações sociais, como participante da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório entre elas. Para isto, buscam ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo, enclausurado, para situá-lo na esfera das relações mais amplas as quais constituem a sociedade capitalista. A este movimento Montaño (2009) chamará de análise exógena que significa entender o surgimento da profissão “como produto síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico onde se reproduz material e ideologicamente” (p.30).

Nesta perspectiva, o Serviço Social configura-se “como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho² peculiar à sociedade industrial”

²Martinelli (2003) explica que a partir do “desenvolvimento do capitalismo mercantil [...] as trocas se tornam cada vez mais complexas [...] a separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, a divisão social do trabalho. Iniciando-se com a primeira ruptura entre a fiação e a tecelagem, torna-se a cada momento mais complexa, determinando novas e crescentes divisões” (p.31).

(Iamamoto, in: Carvalho e Iamamoto, 2010, p. 71). A instituição surge no Brasil a partir do movimento social de bases confessionais³ orientado pela doutrina católica como parte da estratégia de organização e qualificação de seus quadros intelectuais laicos num sentido de ampliar sua ação caritativa às pessoas mais necessitadas⁴. Este movimento se constituiu num projeto embrionário da profissão que, ao chegar ao Brasil, encontrou a missão evangelizadora de recristianizar a ordem burguesa. Esta “missão” passa a ser concebida enquanto uma “terceira via” entre o liberalismo e comunismo, a qual culminaria com a substituição do liberalismo pelo comunitarismo cristão. Esta ação de cristianização da ordem burguesa foi uma maneira “peculiar de ação política, estrategicamente, concebida pela sociedade burguesa constituída para consolidar sua hegemonia de classe, para garantir o controle social e político do proletariado e dos segmentos sociais mais pauperizados” (Martinelli, 2003, p.127)

As condições de trabalho e de vivência tornam necessárias a mobilização e organização do proletariado em defesa da sua vida, “defesa que se centrará na luta contra a dilapidação, pelo trabalho excessivo e mutilador, de seu único patrimônio, cuja venda diária permite sua sobrevivência e sua reprodução” (ibid, p. 130). As lutas da classe trabalhadora brasileira centrarão esforços na defesa de melhores salários, regulação do trabalho de mulheres e crianças, férias, contrato coletivo de trabalho, seguro contra acidentes de trabalho dentre outras pautas reivindicatórias. Desse modo, os períodos que antecedem os anos de 1920 serão marcados por constantes greves e a “combatividade das manifestações de inconformismo marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo” (ibid, p. 133). Estes movimentos serão alvos de ações tanto de setores católicos no sentido de estabelecer a harmonia entre as classes em conflitos,

³“A mobilização do movimento laico obedecerá, pois, aos objetivos de definir as relações entre Igreja e Estado a partir de um modelo que seja favorável à primeira. Isto é, que lhe garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho de Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social. A ação política será conduzida por dois eixos principais: a mobilização do eleitorado católico e o apostolado social” (Iamamoto e Carvalho, 2010, p. 99-100).

⁴ É necessário explicitar que o surgimento do Serviço Social no Brasil é intrínseco ao processo de industrialização (que demarca a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista), e o conseqüente acirramento das relações antagônicas entre a classe operária e a classe capitalista que nesse momento apresentava o seguinte panorama: população vivia em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, com pouca e em algumas situações com falta de água e esgoto, as empresas funcionavam em lugares precários e isto ocasionava muitos acidentes de trabalhos, o preço dos salários é impulsionado para baixo, em decorrência da ampliação do exército industrial de reserva, esta pressão salarial levava muitas mulheres e crianças e ingressar no mercado e isto também contribui para o rebaixamento salarial. O operariado contará apenas com a venda da força de trabalho sua e de sua família para garantir a sobrevivência além das emergentes e maciças dispensas em decorrência das constantes crises do setor industrial e com a falta de regulamentação do trabalho, desse modo a contratação se constituirá num acordo, em âmbito privado, entre patrão e empregado – a qual se constitui numa relação que fica no âmbito do privado –. Estas situações atiraram o proletariado ao pauperismo (Carvalho, In: Iamamoto e Carvalho, 2010) e constituíram o que denominamos de *questão social*⁴ a qual é objeto de intervenção do Serviço Social.

como de setores da elite que intencionavam conter os movimentos sociais através da combinação da repressão⁵ e do assistencialismo⁶.

Estas constatações levarão Yamamoto (2010) a afirmar que “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (In: Yamamoto e Carvalho, p.77). É a partir da vivência cotidiana da penúria e da falta e da contradição entre os interesses da classe trabalhadora e da burguesia que a luta se instaura tendo como pauta a exigência de outras intervenções que superem a caridade e repressão.

Nesse sentido é que o Serviço Social encontrará terreno fértil para se desenvolver, visto que o empresariado demandava por um instrumento capaz de contribuir para a socialização do proletariado de modo a produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril/industrial, ao mesmo tempo em que se desenvolve no interior das fábricas uma política assistencialista que objetiva a legitimidade do proletariado de maneira que se tornam, “muito comuns as caixas de auxílio e assistência mútua estimuladas pelo empresariado e Igreja, cuja contribuição é frequentemente compulsória, acrescentando-se a essa receita a “contribuição do empresário”, consistindo no valor das multas aplicadas, por motivos diversos aos operários” (Carvalho, In. Yamamoto e Carvalho, 2010, p. 139).

Nas grandes empresas estas práticas, assistencialistas, aparecem de forma mais elaboradas sendo muito comum a presença de vilas operárias, creches ambulatoriais dentre outros equipamentos gratuitos ou a preços baixos que tem em contrapartida o rebaixamento salarial constante, o controle sobre a vida cotidiana dos/as trabalhadores/as e o acesso a tais benefícios estão condicionados a bons comportamentos em greves. Vale ressaltar ainda, que estas atividades assistencialistas têm custo adicional muito reduzido ou até mesmo custo nenhum para o patronato. Sendo assim, “apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que

⁵ “Aos movimentos desencadeados pelo proletariado resposta principal e mais evidente do Estado na Primeira República, diante da incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, será a repressão policial. A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista” (Carvalho, In: Yamamoto e Carvalho, 2010, p. 133).

⁶ Nesse assistencialismo há uma diferença em relação às práticas tradicionais da Primeira República. “Se para esta as atitudes assistencialistas a benemerência pode representar a *salvação* “pela porta estreita da caridade”, é antes de tudo um *custo* derivados de sua posição social. Um mecanismo de formar *obrigações*, de construir súditos, atividade necessária à manutenção de seu sistema de dominação política e social [...]. Para o empresariado se tratará de “construir e não de distribuir”. Sua benemerência está subordinada a uma racionalidade empresarial em que não entra nenhum sentido de redistribuição. A semelhança entre essas duas formas estará principalmente na aparência benemerente, em procurar aliviar as tensões sociais e em melhorar as condições em que a acumulação se desenvolve (ibid, p.139-140).

busca aliar controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração” (ibid, p. 138), ou seja, o/a trabalhador/a sob a condição de extrema fragilidade, sem acesso a bens e serviços, em decorrência inclusive da desvalorização da sua força de trabalho e do regime de exploração, portando sem condições humanas de se desenvolver e de viver com dignidade.

Doutro lado, a Igreja apresenta a *questão social*, como um problema de ordem moral e religiosa, suas ações irão se operar a partir da formação/educação na família e indivíduos com o objetivo de integração destes à sociedade, sem questionar as bases fundamentais que conformavam as múltiplas expressões da *questão social*. Essa instituição terá na Ação Católica, um de seus movimentos leigos: a estratégia para a reconstrução da sociedade a partir de princípios cristãos de modo que centrará esforços para “libertar o proletariado de líderes perturbadores⁷, sendo “necessário harmonizar as classes em conflito e estabelecer entre elas relações de verdadeira amizade” (Iamamoto e Carvalho, 2010, p.159). A preocupação se consistia em conter as mobilizações atenuando os conflitos e restabelecendo a moral e os costumes católicos.

Em comum sentido caminhou o Estado e a classe dominante com estratégias para naturalizar o controle e a repressão (principalmente aos movimentos dos trabalhadores)⁸, à manutenção da ordem social.

As práticas assistenciais desenvolvidas em todos os Estados brasileiros nas décadas de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores através de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriam as reais intenções subjacentes [...] Seu objetivo era abafar tais movimentos e controlar o nível de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves (MARTINELLI, 2003, p.124).

É nessa conjuntura de pauperismo e de mobilizações operárias que o debate sobre a *questão social* atravessará todos os setores da sociedade o que obrigará o Estado, a Igreja, os setores da burguesia conservadora brasileira a se posicionarem diante dela. São as lutas

⁷ Radicaliza-se a postura anticomunista da hierarquia e do movimento laico obedecerá. O eixo principal de sua atividade de propaganda e proselitismo será, crescentemente, uma intensa campanha ideológica em se procura vincular o comunismo às idéias de miséria e barbárie. Ver-se-á no laicismo e liberalismo os germes do socialismo totalitário (Carvalho e Iamamoto, 2010, p.159).

⁸ Como desdobramento de iniciativas disciplinadoras e normatizadora do trabalho surgiram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliação e Julgamento nos anos de 1930 e 1932 respectivamente. Além disso, as lutas dos trabalhadores que se organizavam autonomamente foram, em alguma medida, anuladas com a oficialização do sindicalismo o qual passou a ser controlado pelo Estado (Martinelli, 2003).

sociais que tiram da esfera privada as relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para o domínio público, de modo que “os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas públicas e serviços sociais” (Iamamoto, 2011, p.160).

A este respeito Montañó faz uma contribuição apontando que:

É o conjunto das classes trabalhadoras que demanda, pressiona, luta por serviços sociais, assistência, previdência, direitos sociais e trabalhistas. São essas demandas que *obrigam* as classes hegemônicas a responder, a incorporar ou se antecipar a tais demandas, atribuindo (fundamentalmente) ao Estado este papel e contratando o assistente social para tal (MONTAÑO, 2009, p.62).

As afirmações supracitadas contribuem para evidenciar um dos pilares constitutivos da prática profissional: o imediatismo⁹, ou seja, trata-se da “intensificação do imediato que extrapola o aqui e o agora” (Coelho, 2008, p.78). A prática imediatista concebe as demandas da população trabalhadora enquanto pontuais; apreendidas de forma fragmentada e postas na esfera da individualidade, ou seja, *cada caso é um caso*, e isto retira das demandas aquilo que lhes são inerentes: a situação comum experienciada pelos seguimentos da classe trabalhadora, logo, nega-se a perspectiva de classe ao mesmo tempo em que, ironicamente, desenvolvem-se atividades de intervenção para integrar os indivíduos à nova ordem, ou seja, atender à classe dominante.

Quanto ao imediatismo Coelho (2008), aponta que:

Na prática imediatista, o cotidiano encontra-se saturado de atividades que, aparentemente, não se conectam ao antes e não se desdobram no depois. Esta prática simplesmente é o que a emergência determina e requer a pronta *resolutividade* dos problemas, das demandas que aparecem, mesmo que signifiquem passá-la adiante por meio de encaminhamentos (COELHO, 2008, p.79, grifo da autora).

Trata-se de uma abordagem pautada em dar respostas às demandas cotidianas, tanto àquelas solicitadas pelos “clientes” quanto pela instituição, então, os agentes profissionais se colocavam sempre prontos num agir imediato e a partir de ações espontâneas, o que imprimiu

⁹ Na literatura especializada do Serviço Social no Brasil os termos imediato e imediatismo/imediatista são utilizados como sinônimos, no entanto, para esse trabalho imediato refere-se a forma como a consciência por meio da intuição apreende o fenômeno para chegar a *coisa em si*. Enquanto imediatismo/imediatista é entendido como saturação do presente, é a emergência de um tempo de um lugar que aprisionam o indivíduo terminando por submergir no cotidiano incontrolável (Coelho, 2008).

à profissão a marca do imediatismo de forma que “*o fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência, e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão crítica*” (MARTINELLI, 2003, p. 127, grifo da autora).

De outro modo é a partir dos conflitos/tensões que as necessidades emergenciais da classe trabalhadora são colocadas em evidência e por meio das quais o Serviço Social e as instituições assistenciais se configurarão como parte da estratégia da classe dominante e do Estado para dar respostas às questões subjacentes. Portanto, ao mesmo tempo em que a prática profissional é moldada para atender aos interesses do capital atenderá às necessidades da população pauperizada “não obstante para muitos de seus agentes a ação social atendesse a motivações pessoais e religiosas, e buscase atingir objetivos filantrópicos e altruístas, para a classe dominante o que importava eram os resultados materiais e concretos” (ibid, p.126). Estes resultados expressavam-se/expressam-se no atendimento das insuficiências mais urgentes dos pobres e no atendimento das necessidades mais imediatas dos/as operários/as e de sua família reduzindo, aparentemente, os efeitos dos “problemas sociais”, e concomitantemente, reforça a ideia do Estado paternalista e “preocupado” com a garantia da cidadania¹⁰.

Com o desenvolvimento do capitalismo, aprofundam-se também as condições de subalternidade da classe trabalhadora, e acentuam-se os mecanismos de controle social. O Estado assumirá a função de disciplinador e reproduzidor da força de trabalho, e criará instituições assistenciais¹¹ para a prestação de serviços, os quais serão direcionados aos proletariados em virtude de objetivar, também, a legitimidade deste junto à classe operária.

Estas instituições sociais desempenharão um papel fundamental para a recuperação e manutenção da força de trabalho, as reivindicações dos/as trabalhadores/as serão incorporadas ao Estado como se fossem suas e aparecerão[em] à sociedade como forma de bem-estar e favor “assim procedendo, não só debilitam o componente autônomo e [...] o caráter de classe das lutas operárias, esvaziando-as, como também reorientam a seu favor o conteúdo e os ganhos da mesma” (IAMAMOTO, IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p.92). Isto se deve ao fato da manutenção e reprodução da classe dominante exigir “a constante recriação e inculcação de formas mistificadas que obscurecem e encobrem a dominação e a exploração” (Carvalho,

¹⁰ “Ao longo de todo tempo pelo qual se estendeu a ditadura varguista, o discurso social permaneceu presente de forma populista e paternalista, não obstante o trabalhador fosse espoliado, aviltado, explorado e esvaziado de sua cidadania progressivamente” (Martinelli, 2003, p.126).

¹¹ Entre outras, surgem, em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social; em 1940. A Legião Brasileira de Assistência; EM 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; em 1946, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do comércio e Fundação Leão XIII (SILVA, 2011, p. 43, nota do rodapé nº 10).

In: Iamamoto e Carvalho, 2010, p.308). Isso quer dizer que uma série de estratégias serão utilizadas para fetichizar a relação entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção. Assim:

A profissão não se caracteriza apenas como uma nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, p. 20, 2008).

As modalidades de intervenção dos agentes sociais – desenvolvidos a partir do ideário cristão – irão atender ao perfil demandado pelas instituições assistenciais. Estes agentes sociais serão responsáveis (juntamente com outras profissões surgida à época para responder as questões emergentes), por introduzir as normas e a moralidade do poder hegemônico pautado no conservadorismo da ordem vigente que pressupunha a manutenção do status quo, isto é, o atendimento às demandas se coloca no limite da ordem estabelecida. Daí a necessidade de amenizar os conflitos para que o domínio se perpetue.

Ao tratar do Serviço Social e da reprodução da ideologia dominante, Iamamoto (in: Iamamoto e Carvalho, 2010) ressalta que “a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente”¹². É uma das formas de garantir a legitimidade do domínio. No entanto, a ideologia não é estática, se reproduz de acordo com o jogo de forças presentes e em conflitos e será apreendida de diferentes formas pelos diversos agentes sociais de acordo com os interesses de classe.

A “questão social” se torna, assim, não apenas o fator “disfuncional” e ameaçador do “equilíbrio”, levando a classe dominante, mediatizada pelo Estado e outras organizações, a desenvolver uma estratégia de controle social por meio das políticas sociais e contratando o assistente social como executor delas (*dimensão hegemônica de legitimidade profissional*), mas a

¹² “À medida que não existe sociedade baseada na violência pura é a ideologia que obtém o consentimento dos oprimidos, dos explorados. A ideologia os representa de maneira tal, que lhes extorque, além da riqueza material, a aceitação e mesmo adesão espiritual. As ideologias de classe elaboram três imagens de classe que lutam pela dominação: uma imagem por e para ela mesma, que a exalta; uma imagem dela mesma para os outros grupos e classes, que a engrandece; uma imagem das outras classes e grupos, que os deprecia diante de todos, as desvaloriza a seus próprios olhos, abate-os e faz deles vencidos, antes do combate ou sem combate... Desta forma a burguesia elabora a representação de si, para seu próprio uso: portadora da razão humana, logo da boa vontade e distinção, enfim da capacidade de bem organizar. Ela se apresenta às outras classes a sua maneira: o bom e o mal operário, o ‘chefe’ e o sementeiro da rebelião. Enfim, representa-se a si mesma para o uso das outras classes: o dinheiro empregado para o bem geral, para a felicidade humana, para a fecundidade e o progresso” (LEFEBRE, H. *Sociologia do conhecimento e ideologia*. In. Sociologia de Marx, p.55. nota de rodapé 38, Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho, 2010).

“questão social” se constitui também no motivo pelo qual a população demanda ao Estado e aceita a intervenção desse profissional pra a solução das suas carências (*dimensão subalterna*) (MONTAÑO, 2010 p.62, grifo do autor).

Isto demonstra o quanto o cenário, ora apresentado, foi favorável ao desenvolvimento e posterior institucionalização do Serviço Social, o qual irá aparecer aos movimentos da Ação Católica “como alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e Ação Católica logo, se tornam uma das fontes preferenciais [de recrutamento] desses profissionais” (Iamamoto, 2008, p.20, grifo nosso). Ou seja, a profissão nasce no bojo de um movimento de caráter reformista-conservador, sendo o Serviço Social resultado do desdobramento do movimento do apostolado leigo (*ibid*).

A criação e a expansão das instituições assistenciais ampliam o mercado de trabalho para as assistentes sociais e possibilitam a legitimação, a institucionalização, bem como o consequente rompimento da profissão com estreito quadro do bloco católico. Alargam as fontes de recrutamento, embora os agentes sociais mantenham as orientações doutrinárias (característica fundamental), o processo de institucionalização é também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais¹³. Estes profissionais aparecerão como uma categoria assalariada, e terão como instância mandatária, direta ou indiretamente, o Estado (*ibid*) e nisto se consiste a contradição fundamental da profissão: “a demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – mas do patronato, que é quem remunera, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados” (IAMAMOTO. IN: IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p.83).

As ações realizadas de forma dispersa para uma parcela ínfima da população, e a escassa caridade das classes dominantes, passarão a ter uma tônica institucionalizada, e se constituirão numa “das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e corporações empresariais” (CARVALHO, IN: IAMAMOTO E CARVALHO, 2010). Estas políticas têm um caráter eminentemente contraditório, uma vez que se coloca entre a necessidade da população e o caráter seletivo e limitado desse equipamento. É necessário, portanto, um processo seletivo, triagem e simultaneamente um esforço do profissional para atrair a parcela específica da população que demanda os serviços sociais da instituição.

¹³ É importante lembrar que “o Serviço Social desenvolve práticas auxiliares ao funcionamento [dessas] instituições e mesmo e às práticas materiais que se realizam em seu âmbito; mas essa ação auxiliar se torna necessária tanto em função do próprio conteúdo dessas instituições dentro do modo de produção capitalista, como das características

Desta maneira o assistente social exerce

Uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora [...]. intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem suporte material de uma ação de cunho educativo (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p.94).

Contudo, as atividades desenvolvidas por esse profissional são necessárias, sobretudo, no que se relaciona a prática político-ideológica as quais fazem parte do seu processo de trabalho e das políticas sociais. Além disso, fica explícito que a relação entre o assistente social e usuário é quase sempre mediatizada pelo Estado e outros organismos oficiais e empresariais. Para Montañó (2009) o usuário não é o demandante direto da intervenção profissional, assim como não é o contratante do profissional do Serviço Social, mas:

É este sujeito que transforma suas necessidades e carências em reivindicações e demandas ao Estado e/ou em lutas contra as classes hegemônicas (ou até contra o sistema). É também ele [o assistente social] responsável pelo processo de transformação de necessidades (sociais) em demandas (profissionais), do processo necessidades/demandas/ repostas, que historicamente, no contexto monopolista, tem tomado a forma de políticas e serviços sociais e assistenciais fundamentalmente sob responsabilidade estatal, e que tem criado o espaço para inserção do assistente social (MONTAÑO, 2009, p.61-2, grifo nosso).

A prática profissional está vinculada aos processos político-culturais materializando-se a partir de atividades educativas¹⁴ e à luta pela hegemonia que pressupõe a neutralização das lutas das classes subalternas. Na sociedade capitalista “as relações pedagógicas fazem parte do nexó orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, mediante o qual são articulados os interesses econômicos, políticos e ideológicos, plasmando subjetividades e normas de condutas individual e coletivas, elementos moleculares de uma cultura” (ABREU, 2004, p. 45).

¹⁴ A dimensão pedagógica da profissão inicialmente pautada por práticas traduzidas na “ajuda psicossocial individualizada” vem sendo tensionada desde os anos 1990 na tentativa de ressignificar a atuação profissional a partir da perspectiva crítica e sintonizada com o projeto ético-político que se materializa na constituição de uma pedagogia emancipatória.

Os elementos constitutivos da prática profissional aqui apresentados, foram analisados criteriosamente por Iamamoto e Carvalho (2010), e o aprofundamento destes estudos levou os autores a situarem a profissão no âmbito das Relações Sociais, isto é, o Serviço Social

“se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo *o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana* [...] é nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, a qual se torna justificção desse tipo de profissional especializado” (ibid, p.77, grifo do original).

Assenta-se neste processo de produção e reprodução das relações sociais. Ou seja, desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais constituídas a partir deste, exigirá um/a profissional cada vez mais qualificado para atender às novas necessidades sociais produzidas a partir desse processo. Portanto, a dimensão pedagógica, a prática de cunho educativo e a institucionalização da profissão, a partir da racionalização da assistência e da tecnificação, irá possibilitar ao Serviço Social participar da produção e reprodução das relações sociais.

Para Carvalho e Iamamoto (2010), o modo de produção capitalista não é apenas o reprodutor, mas o produtor das relações sociais, visto que o mesmo imprime novas formas de sociabilidade, logo,

[...]o processo capitalista expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Nesse processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrando o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO, IN: IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p. 30).

Fica evidente com essa assertiva que o capitalismo além de produzir as relações sociais que se traduzem materialmente, também produz as relações espirituais; e nisto se expressa o seu caráter objetivo e subjetivo. O caráter ideológico desse modo de produção tem um papel tão fundamental quanto às relações objetivas, historicamente dadas, que se apresentam como mercadoria, as quais possuem valor de uso e valor de troca¹⁵.

¹⁵ “Os valores de uso formam o *conteúdo material da riqueza*, qualquer que seja a forma social desta. No tipo de sociedade a que nos propomos a estudar, os valores de uso, são ademais, suporte material dos valores de troca” (Marx, 1975 apud. ibid, p. 33). Isto significa dizer que os valores de troca só são possíveis em decorrência da valorização do produto a partir da força de trabalho empreendida para produção e que não são senão expressão do valor de uso gerado a partir de uma necessidade objetiva ou subjetiva podendo ser esta uma necessidade real

Nas relações estabelecidas entre aqueles que têm na sua força de trabalho, o valor equivalente para produzir valor de troca, o caráter social do trabalho desenvolvido aparece como sendo uma troca entre produtos, ou seja, força de trabalho, mais produto, que é igual a salário. O produto do trabalho aparece como mediação desse processo. Iamamoto (2010), afirma que “o que aparece como relação entre objetos materiais é uma relação social concreta ente homens, oculta por trás das coisas” (In. Iamamoto e Carvalho, p. 35). Há uma fetichização¹⁶ entre o ser humano e as relações estabelecidas a partir do seu trabalho.

Segundo Marx (apud, ibid) é a forma mercadoria de se expressar na realidade social que mitifica e coisifica as relações sociais entre os produtos e entre as pessoas, e nisto se consiste a reificação. Ou seja, a identificação do ser com coisas materiais numa relação de equivalência, a força de trabalho enquanto produto (coisa) e próprio produto resultado do seu trabalho numa relação de identidade.

A reificação ocorre quando os sujeitos não conseguem apreender as formas como os fenômenos se expressam de modo que “as relações sociais aparecem, pois, mistificadas, como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade. A reificação do capital é, pois, a forma mistificada em que a relação social do capital aparece na superfície” (ibid. p.31). Aparece na realidade social enquanto concreto, quando na realidade esse concreto “é a síntese de muitas determinações” (Marx), cercadas de processos históricos os quais emergem de maneira pseudoconcreta¹⁷, como um claro e escuro, isto é, ao mesmo tempo em que revela, esconde o fenômeno já que as relações aparecem sob forma de mercadoria e não sob o antagonismo existente entre aqueles que tem os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho.

Tomando como pressuposto o que já foi discutido, podemos afirmar que as relações sociais, que aparecem mistificadas, são criadas e recriadas, isto é, a produção é um processo contínuo, de reprodução que “não se reduz à mera repetição, é uma continuidade no decorrer

ou uma necessidade criada pela própria lógica capitalista. Essas necessidades produzidas pela lógica do capital irão também aferir o caráter ideológico do processo capitalista

¹⁶ “A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que esta forma se corporifica não têm nada a ver com seu caráter físico nem com as relações materiais que deste caráter se derivam. O que aqui reveste, aos olhos dos homens, a forma fantasmagórica de uma relação entre objetos materiais não é mais que uma relação social concreta estabelecida entre os mesmos homens. Por isso, se quisermos encontrar uma analogia a estes fenômenos teremos que remontar as regiões nebulosas do mundo da religião, onde os produtos da mente humana assemelham-se a seres dotados de vida própria, de existência independente e relacionados entre si e com os homens. A isto eu chamo de fetichismo, sob o qual se apresentam os produtos do seu trabalho, tão logo se criam na forma de mercadorias, que é inseparável, conseqüentemente, desse modo de produção” (Marx, 1975, p.38, nota nº 11 de Iamamoto. In. Iamamoto e Carvalho).

¹⁷ “o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente do cotidiano e a atmosfera comum da vida humana [...] assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*” (KOSÍK, 1976, p.11, grifo do autor).

da qual o processo se *renova, se cria e recria de modo peculiar*. As condições de produção são, portanto, as da reprodução” (IAMAMOTO, IN: IAMAMOTO E CARVALHO, p. 46). No modo de produção capitalista esta reprodução é o meio de reprodução do capital, pois é a partir do trabalho que irá ocorrer o processo de valorização, e isto lhes confere o caráter histórico.

Iamamoto (2010) acrescenta ainda que o ponto de partida do processo de produção capitalista é a separação entre as classes antagônicas em que os meios de vida são monopolizados pela classe capitalista e ao trabalhador, possuidor apenas da força de trabalho, caberá vender a sua energia vital para sobrevivência sua e de sua família. Nesse sentido, o trabalhador entregará ao capitalista o valor de uso da sua força de trabalho a qual não só produz, mas também reproduz o valor de todo o capital adiantado e mediante a isto o capitalista apropria-se da *mais valia*¹⁸ extraída do processo de trabalho e converte em meios de consumo e em capital adicional que será empregado em nova produção. O trabalhador, por sua vez, recebe apenas uma parte de sua energia empreendida e a isto chamamos de *salário*, o capital variável do capitalista¹⁹, que garantirá a sua conservação e sua reprodução. Dessa forma, a “continuidade do processo de produção capitalista é um processo de produção e reprodução de classes sociais” (ibid. p.48).

Há nesse processo a ampliação do capital que ocorre com a expropriação dos capitalistas menores, e isto acontece num movimento em que ora atrai, e ora repele a população trabalhadora, haja vista que para progredir é necessário que o operariado participe vendendo sua força de trabalho e gerando valor, e, em contrapartida, com a progressão da acumulação capitalista, a tendência é diminuir no investimento de contratação de força de trabalho. Então ao fazer crescer a lucratividade, e, conseqüente, usurpação da mais valia, o trabalhador fica sem os meios de subsistir num processo contraditório. Assim,

A reprodução ampliada do capital é acompanhada não só de uma *reprodução ampliada das relações de classes*, à proporção que o proletariado absorvido pelo capital se expande; mas esta *reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital* (IAMAMOTO, IN. IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p.62).

¹⁸ Ver mais valia em: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital (coleção: os Economistas).

¹⁹ “O capital variável não é mais que uma forma histórica concreta de manifestar o fundo de meios de vida ou o fundo do trabalho que o trabalhador necessita para o seu sustento e reprodução” (Marx, 1973, p. 477-8. Nota 33, Iamamoto, in. Iamamoto e Carvalho, 2010).

O modo de produção capitalista não é apenas reprodução das relações é sua própria reprodução de modo crescente, que implica no crescimento da acumulação em contraposição ao pauperismo do trabalhador o qual é inerente a este modo de produzir. Dito de outra maneira, “a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por parte de uma sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem riqueza como riqueza alheia, com o poder que os domina, enfim, como capital” (ibid, p.65-6). Mais uma vez fica explícito o caráter não só reprodutor, mas também, produtor das relações sociais tendo em vista que provoca mudanças na maneira organizativa da sociedade, na divisão social e técnica do trabalho, enfim cria outra sociabilidade baseada na lógica capitalista de operar.

Neste processo de produção das relações sociais há, sobretudo, a reprodução do domínio de uma classe sobre a outra num processo, como já dito anteriormente, de mistificação que “revela” o caráter ideológico, e não só econômico do modo de produção capitalista. Este caráter ideológico é fruto de um mesmo processo, contraditório e desigual, no qual se acumula a riqueza social. É nesse sentido que o salário figurará na realidade social como o valor pago pelo trabalho, e não como aquilo que verdadeiramente o é: parte de sua força de trabalho. Nesse processo o lucro aparece para “esconder” a mais valia – o trabalho não pago – extraída desta força de trabalho. Entretanto, segundo Iamamoto (2010), as formas em que a ideologia dominante se manifesta encobrem a exploração, mas não a elimina. A respeito da ideologia a autora afirma:

Cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção [...]. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças reprodutivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social [...]. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, IN. IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p.72).

Então esta reprodução é a reprodução da totalidade social, de um determinado modo de viver, a qual condiciona e determina o modo de trabalho em que a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida imediata, e, portanto, cotidiana.

Estes entendimentos permitem apreender a Instituição Serviço Social sob dois ângulos indissociáveis: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes

profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional e como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional. Isto condiciona e ao mesmo tempo, contraditoriamente, ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Muito embora a autora situe o Serviço Social na reprodução das relações sociais, seu posicionamento não se identifica com a unilateralidade da tese em que coloca a profissão enquanto conservadora atuando para manutenção do poder vigente e nem assume a tese oposta, pautada pelo Movimento de Reconceituação, que imputa à profissão caráter transformador e revolucionário. Estes dois posicionamentos consideram apenas um dos pólos contraditórios sem considerar o movimento que há entre os mesmos. Desse modo, Iamamoto (2010) busca em sua análise resgatar a diversidade desse movimento histórico.

O Serviço Social enquanto componente de uma determinada forma de organização de uma sociedade, neste caso, a capitalista não está descolado da reprodução das formas de continuidade, exploração e apropriação da mais valia do trabalhador, ao contrário,

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto (IAMAMOTO, IN: CARVALHO E IAMAMOTO, 2010, p.75).

O que fica explícito com essa afirmação de Iamamoto é que será a busca por desvelar o significado social da profissão que irá situá-la no âmbito das relações sociais enquanto participante da reprodução das classes sociais “permeada pelo relacionamento contraditório e antagônico entre elas” (Silva e Silva, 2011) e isto confere ao Serviço Social uma determinação histórica. Nesta perspectiva o Serviço Social, bem como o seu significado só poderá ser entendido a partir de uma abordagem exógena a qual ultrapassa a análise endógena, de si e em si mesmo para “situá-lo no contexto das relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista [...]. O conceito fundamental para a compreensão da

profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social” (YAZBEK, 2009, p.126-127).²⁰

Neste movimento contraditório no qual se insere a profissão, possibilita ao profissional posicionar-se ante o fortalecimento de um ou de outro projeto de sociedade. Trata-se, pois, de um cotidiano de possibilidades, visto que o campo da reprodução social é uma totalidade em movimento, e por isso mesmo é um processo em “permanente re-elaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação” (Yazbek 2009, p.127) este caráter permite que o/a profissional tensione o campo de sua atuação considerando a possibilidade do contraditório, do diverso e da mudança.

Nesse sentido, a Instituição Serviço Social afirmara-se enquanto especialização do trabalho coletivo que deriva-se da prática histórica da sociedade de classes; e, segundo Yamamoto (2010), o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento.

O atendimento às demandas emergentes que se aprofundam com o aceleração das forças produtivas se dará a partir da “racionalidade” a qual é inerente ao processo organizativo da sociedade capitalista que pressupõe “eficiência”, “eficácia” e “efetividade logo, o foco está nos resultados da ação o que “sufoca” a possibilidade reflexiva da atuação profissional ainda que o conjunto das manifestações da *questão social* no cotidiano da vida social no processo contraditório entre as classes antagonicas exija outros tipos de intervenção profissional, além da caridade e da repressão.

Vale sublinhar que não é possível pensar o significado sócio-histórico da profissão ainda que situando-a na divisão social e técnica do trabalho sem também considerar o papel desempenhado pelas instituições sociais pois, serão estas que darão legitimidade às ações profissionais e demarcará a estreita relação entre o Serviço Social e o Estado. Este último é o responsável pela contratação do assistente social para a execução dos serviços sociais - e na contemporaneidade ainda é o maior empregador – portanto, sua base de legitimação, historicamente, se dar por via do Estado – que ampliará o mercado de trabalho profissional. Nesse sentido é que se institucionaliza tornando-se profissão inscrita na divisão social técnica

²⁰ Partindo da premissa de que: “as profissões são construções históricas [e] que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem (Raichelis, 2009, p.01 grifo nosso).

do trabalho participante da reprodução social – ainda que suas bases ideo-culturais e teórica-doutrinárias se deem por via da Igreja.

Como veremos a seguir, com o processo de reconceituação, há um processo de ressignificação da intervenção profissional de forma que o profissional buscará novas bases de legitimidade junto à classe trabalhadora e subalterna.

Para melhor compreendermos esse processo utilizaremos como aporte teórico as contribuições decisivas de Netto. Nosso esforço será o de demonstrar as perspectivas teóricas as quais orientaram e reorientam a intervenção profissional desde a sua constituição, pois ousamos compreender os desafios postos à profissão na contemporaneidade.

1.1. Da “passagem” das protoformas à profissionalização do Serviço Social

Como vimos, com Iamamoto e Carvalho (2010), no item anterior, a Igreja Católica estava imerso em um processo de recristianização da sociedade, objetivando reconquistar o prestígio e sua influência junto ao Estado que fora perdido com a instauração da Primeira República no processo de laicização. Desenvolveu-se a partir deste processo uma clara empreitada contra o comunismo e contra o liberalismo, sob a falácia de um projeto societário aliado à terceira via, articulado a um ofensivo fortalecimento e qualificação dos quadros laicos para a realização de ações evangelizadora. Estas ações eram orientadas pelas encíclicas papais *quadragesimo anno e rerum novarum* que imputavam ao ajustamento da sociedade aos princípios morais e religiosos para o enfrentamento da *questão social*.

O Serviço Social surge então atrelado ao movimento de *reação católica* e com as suas protoformas²¹, marcado com um ideário cristão²², ideo-cultural e ideo-político e com

²¹ “O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas Obras Sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do Movimento Laico, impulsionado e controlado pela hierarquia” (Carvalho, in: Iamamoto e Carvalho, 2010, p. 168).

²² Este ideário está na base das primeiras Escolas de Serviço Social que será fruto do processo da *reação católica* e ao mesmo tempo demarcará a relação de continuidade que acompanha o processo de profissionalização do Serviço Social que, segundo Martinelli (2003), será demarcado pelo curso promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS em 1932 no qual participavam moças e algumas mulheres casadas ligadas à burguesia e que tinham alguma participação e militância na Igreja Católica. O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais “e adotar uma orientação definida em

implicações em suas formas de intervenção com traços caritativos (Netto, 2011a). Emerge nos de 1930 intimamente ligado às manifestações e expressões da *questão social*, ou seja, nasce como respostas ao pauperismo engendrado no seio da sociedade burguesa nascente e a partir da iniciativa de setores desta burguesia ligados à Igreja Católica e inicialmente é influenciado pelo Serviço Social europeu. Notadamente, o processo de constituição da profissão se configurará como uma estratégia à disseminação de um ideário conservador, cristão e burguês, sob o colorário de uma perspectiva de preservação do poder hegemônico e controle das lutas de classes.

O movimento operário ressurgiu pautando mais direitos civis e sociais e concomitantemente a classe média pleiteia espaços de participação, esses movimentos tiveram como resposta a “Revolução de 1930, a “revolução pelo alto”²³ como afirma Ianni (1984), nesse sentido o Estado Novo é instalado para conter os movimentos emergentes contrários a esse processo sociopolítico que trará consigo um duplo movimento: o de restauração com seu caráter controlador e repressor das movimentações contrárias ao Estado, evitando uma revolução popular, e o de renovação à medida que incorpora e executa algumas demandas populares esse sentido duplo pode ser sintetizado em ações de repressão e assistencialismo, já mencionados no item anterior.

As ações caritativas do Serviço Social, anterior aos anos de 1930, as quais eram desenvolvidas para uma parca parcela da população irá encontrar no surgimento das instituições estatais o respaldo para, o que viria a ser, a perspectiva embrionária da assistência preventiva (criada para amenizar as sequelas inerentes ao desenvolvimento capitalista). Esse processo demonstra a importância das instituições assistenciais na compreensão da natureza do Serviço Social no Brasil.

O contexto que demarca a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista impõe ao Serviço Social a necessidade de qualificação e especialização técnica. Assim o Serviço Social racionaliza suas ações ao mesmo tempo em que é convocado, pelo Estado, à trabalhar nas instituições sócio-assistenciais e é dessa maneira que irá se inserir na divisão social e técnica do trabalho.

relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (Cerqueira, 1944; Estatuto do CEAS apud *ibid.* p. 169).

²³ Sob vários aspectos, o que revela essa história é o desenrolar de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente. Diante dos frequentes movimentos de ascenso popular, na cidade e no campo as classes dominantes respondem com violência. Nem as conquistas democráticas básicas da própria burguesia são preservadas. Nesse sentido, há uma contra-revolução que atravessa essa história (Ianni, 1984, p.20-21).

É dentro desta lógica que, nos anos 1940, estrutura-se um espaço sócio-ocupacional que requer agentes técnicos que possam gerir e executar ações para as instituições e órgãos estatais e privados. Esta demanda explica o aumento, neste período, das diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos Estado que passam a formar assistentes sociais que são absorvidos na malha estatal de instituições assistenciais (SOUSA, 2010, p. 39).

Esse processo expressa a ruptura com as protoformas do Serviço Social, indicando a “passagem” do tradicionalismo para a instituição do Serviço Social enquanto profissão, o qual se opera a partir de um duplo movimento: um contínuo em que a passagem inicia com a organização da filantropia; e na incorporação de técnicas e instrumentais para intervenção pautados no pragmatismo e na fragmentação das ações. Ocorre, portanto, uma continuidade entre as protoformas e o Serviço Social tendo sob o tônus do pensamento conservador e à caridade. Embora, coabitem no mesmo espaço, historicamente, a ruptura entre as protoformas originais e a profissionalização. Assim, afirma Netto:

Esta relação [das protoformas com a profissionalização do Serviço Social] é inegável e, em realidade, muito complexa; de um lado, compreende o universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo.

[...]

a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma relação de ruptura que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão (NETTO, 2011a, p. 70;71, grifo nosso).

É importante sublinhar que, contraditoriamente, a continuidade e a ruptura coabitem num mesmo processo, será a segunda que constituirá o Serviço Social enquanto profissão. No entanto, o que irá realmente configurar a ruptura com um modo anterior será a condição de assalariamento e o significado social da sua ação, a qual ganha outro sentido na reprodução das relações sociais a partir da inserção dos agentes sociais na divisão social e técnica do trabalho.

Os agentes sociais, anteriormente ligados apenas as ações da Igreja, aos poucos serão chamados para executar programas e projetos em instituições estatais, no entanto não serão convocados para participar do processo de elaboração de tais políticas. Segundo Netto (2011) a funcionalidade real e efetiva, das ações estatais, estão dotadas de uma lógica e de uma estratégia que independem da intencionalidade do profissional, ou seja, ele não tem domínio da intencionalidade de suas ações. Entretanto, segundo este mesmo autor, quando esses agentes passam a desempenhar papéis que lhes são atribuídos por instâncias alheias, as suas

protoformas originais se profissionalizam ainda que mantenham um ideário e práticas anteriores.

As transformações por qual passa a Instituição Serviço Social expressam a estruturação do mercado de trabalho, o que significa que não é a Instituição que se constitui e cria um espaço de atuação, e, por sua vez, demanda da sociedade o lugar para o seu exercício, mas ao contrário, é a constituição deste espaço que leva à profissionalização. Desse modo, não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que explica a profissionalização, e, sim, o rompimento com elas (Netto, 2011a) que, como mencionado anteriormente, instaura-se com a constituição do espaço sócio-ocupacional do trabalho fruto das determinações históricas e sociais.

Vale salientar que é unicamente na sociabilidade burguesa,

comandada pelo monopólio que se gestam as condições históricos-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social [...] vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. [...] só então os agentes profissionais se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionado e reiterável segundo os procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência do Serviço Social é, em termos históricos-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem capitalista monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social (NETTO, 2011a, p.73-4).

Podemos dizer então, que o nascimento do Serviço Social enquanto profissão é inerente à sociedade burguesa madura, e terá como base legitimadora o Estado, a partir dos mecanismos criados por este, tais como leis de regulamentação da profissão, normativas que garantam a atuação profissional em determinados espaços sócio-ocupacionais, bem como a criação de políticas sociais – forma como o Estado burguês enfrenta a *questão social* – as quais são fundamentais para o exercício profissional.

No âmbito das políticas sociais está posto “o mercado para o assistente social: ele é *investido como um dos agentes executores das políticas sociais*” (ibid. p. 74, grifo do autor), elas abrem a possibilidade de entender o processo de continuidade e ruptura que demarcam o Serviço Social, pois, segundo Netto (2011), recuperam as formas, já cristalizadas, de manipulação das parcelas as quais estão num processo de vulnerabilidade em decorrência das sequelas da *questão social*. Será a partir da inserção dos assistentes sociais na execução das políticas sociais que esses agentes sociais se ressignificarão passando a operar

estrategicamente utilizando dos mecanismos próprios da ordem do monopólio atuando na preservação e controle da força de trabalho²⁴.

A partir da profissionalização dos assistentes sociais a qual culmina na convocação destes para a execução das políticas sociais (estatais,) os agentes profissionalizados irão em busca do estatuto teórico da profissão objetivando construir uma auto-imagem/identidade. Nesse percurso incorreram no equívoco de imputar ao conhecimento científico – já que as demandas apareciam na realidade social de maneira autonomizadas e fragmentadas exigindo maior domínio de instrumentais técnicos-operativo e maior especialização – aquilo que irá diferir das protoformas do Serviço Social. Nessa concepção, a profissionalização do Serviço Social é entendida como resultado da “maturidade científica” e não resultado dos determinantes históricos e sociais²⁵. Para Netto:

Qualquer esforço para esclarecer o estatuto profissional do Serviço Social, antes que recorrer à sua estrutura como saber, deve remeter a um traço compulsório na apreciação do processo de institucionalização de toda atividade profissional: o dinamismo histórico-social, que recoloca, a cada uma de suas inflexões, a urgência de renovar (e, nalguns casos, de refundar) os estatutos das profissões particulares. Isto significa que, em lapso diacrônico variáveis, todos os papéis profissionais vêm-se em xeque – pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pelo grau de agudeza e de explicitação das lutas de classes, pela emergência (ou rearranjo ponderável) de novos padrões jurídicos-políticos etc. Decorrentemente, a original legitimação de um estatuto profissional encontra-se periodicamente questionada – e não lhe é suficiente o apelo à sua fundamentação anterior, senão que lhe põe como premente uma reatualização que a compatibilize com as demandas que lhe apresentam²⁶ (NETTO, 2011, p. 89).

O desenvolvimento de um estatuto profissional resguarda um duplo dinamismo, deflagra-se como consequência das demandas que lhes são impostas ou a partir da crítica

²⁴“Esta noção é importante por duas razões. Primeira: o fato de as políticas sociais (públicas) instaurarem o espaço profissional para o Serviço Social não significa, imediatamente, que seja o Estado o dotador de processos de constituição da categoria profissional; significa apenas que são elas que suportam o reconhecimento profissional do Serviço Social, cuja a dinamização pode partir de grupos/instituições Sociais em conflito com o Estado [...].

Segunda: o mesmo fato não implica que às agências estatais incumbidas da execução de políticas sociais se aloque a força de trabalho profissional; aqui, o que é relevante não é o caráter oficial ou não da organização a que se vincula o assistente social, mas a estratégia de ação a que ela se articula” (NETTO, 2011, p. 75, nota de rodapé nº 134).

²⁵ “Invertendo a lógica, os atores profissionais atribuem à teoria o peso de demarcar o diferencial entre as protoformas e o Serviço Social profissionalizado, desprezando os componentes que, de fato, garantem legitimidade à profissão. Entretanto, esta mesma legitimidade somente consegue se efetivar pela conjugação de dois determinantes: a constante re(atualização) da conjuntura que deu origem à necessidade social daquela intervenção especializada e as respostas empreendidas pelos seus agentes profissionais às demandas da sociedade” (MARTINS, 2012, p. 96).

²⁶ Tanto o é que os códigos de ética profissionais, e de modo particular os códigos de ética do Serviço Social, irão expressar o contexto sócio-histórico no qual foram constituído.

realizada no interior da categoria, com base nos elementos teórico-práticos capazes, ou não, de responderem as exigências as quais são lhes colocadas. Este duplo dinamismo se revela e se obscurece, concomitantemente, ou seja, se revela num momento de “virada” na profissão, e se obscurece na auto-imagem²⁷ que o Serviço Social construiu em relação à sua identidade.

Dois episódios da história do Serviço Social atestam estas assertivas: a viragem psicologista [...] que, no final dos anos vinte, instaurou um papel peculiar para o Serviço Social de Caso e a assunção da organização e do desenvolvimento de comunidades, no segundo pós-guerra e nomeadamente ao sul do Rio Grande, que veio a plasmar, como segmento no âmbito profissional, o Desenvolvimento de Comunidade (ibid, p. 90).

Nestes episódios que marcaram a profissão se expressam o duplo dinamismo: tanto os vetores histórico-sociais quanto as matrizes teórico-culturais aparecem bem definidas. No entanto, a auto-percepção tendenciou a compreender que a transição, no primeiro caso, para uma intervenção individual e psicologista derivou-se de incorporação de matrizes teóricas tais como freudiana e neofreudiana; ao passo que no segundo, a inserção do assistente social em práticas interdisciplinares e multiprofissionais é entendida como resultado da permeabilidade do Serviço Social e da mudança social (Netto, 2011a).

1.2. Do conservadorismo à intenção de ruptura: a construção de novos horizontes para o exercício profissional.

No período autocrático burguês, sob os auspícios da truculência da ditadura militar, no Brasil, o Serviço Social entra no espaço da universidade, e a partir daí cria as bases necessárias para o seu desenvolvimento no âmbito da racionalidade, ainda que na fonte da racionalidade formal-abstrata. No período se configura enquanto um avanço, porque rompe com o tradicionalismo de bases morais e cristãs, e abre a cena histórica das possibilidades de amadurecimento teórico iniciado a partir da Renovação do Serviço Social.

A partir destes pressupostos, podemos inferir pois que o processo de renovação do Serviço Social está dotado do duplo dinamismo, já discutido, posto que a profissão passa por um processo de mudança em meados dos anos de 1960 num contexto de instauração da

²⁷ O estatuto teórico da profissão não é dificultado apenas pela tradicional construção da auto-imagem do Serviço Social. O problema está na própria natureza sócio-profissional do Serviço Social que com suas peculiaridades fazem dele um exercício prático-profissional medularmente sincretico em virtude de não deter um referencial teórico crítico-dialético. O Sincretismo teórico da profissão é analisado em três eixos: o sincretismo científico, sincretismo teórico do Serviço Social e conhecimento do ser social (NETTO, 2011).

autocracia burguesa que segundo Netto (2011b), cria os suportes teóricos históricos-sociais para a evicção do Serviço Social “tradicional”, aqui compreendido como:

A prática empirista, reintegrativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista ou mecanicistas da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 2011b, p. 117-6 nota de rodapé nº 5).

Até o final da década de 1960 e início da década de 1970, havia no discurso e nas ações governamentais um reforço e uma legitimação do Serviço Social tradicional, pois esta forma de atuação atendia a necessidade do Estado no sentido da preservação de sua base dócil de execução das políticas, e era importante anular projeções profissionais conflituosas e questionadoras dos objetivos e meios dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inseriam.

Para entender esse processo faz-se necessário retomar um pouco o final dos anos quarenta e cinquenta do século passado, momento em que a sociedade passa por profundas mudanças, o Estado se reorganiza, o que altera, inclusive, as condições de trabalho do assistente social, a sua prática e a sua formação profissional. Nesse contexto, o Serviço Social começa a esboçar os primeiros sinais de rompimento com as bases “tradicionalistas”, e isto se expressará com a “modernização conservadora” da profissão. Resultado da inserção destes agentes sociais no mercado nacional de trabalho a partir da criação de instituições assistenciais nos anos 1940. Este mercado se ampliará com a industrialização pesada nos anos de 1950 e 1960 e será redimensionado e consolidado pelo Estado autocrático burguês e pelo grande capital²⁸ (Netto, 2011b).

É importante ressaltar que:

A consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, como variável das modificações ocorridas durante o ciclo autocrático

²⁸ “A consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, como variável das modificações ocorridas durante o ciclo autocrático burguês, não derivou apenas da reorganização do Estado[...]. O mercado nacional configurado já nos finais dos anos sessenta é dinamizado por outro pólo, que não diretamente o Estado: trata-se das médias e grandes empresas [...]. Até meados da década de sessenta, o mercado para os assistentes sociais, nesta área, era verdadeiramente residual e atípico [...]. Ora, o crescimento industrial que se opera, essencialmente nos anos do “milagre”, torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo – é a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de Serviço Social de empresa [...]. O espaço empresarial não se abre apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho” (NETTO, 2011b, p. 122).

burguês, não derivou apenas da reorganização do Estado[...]. O mercado nacional configurado já nos finais dos anos sessenta é dinamizado por outro pólo, que não diretamente o Estado: trata-se das médias e grandes empresas [...]. Até meados da década de sessenta, o mercado para os assistentes sociais, nesta área, era verdadeiramente residual e atípico [...]. Ora, o crescimento industrial que se opera, essencialmente nos anos do “milagre”, torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo – é a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de Serviço Social de empresa [...]. O espaço empresarial não se abre apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho (NETTO, 2011b, p. 122).

Com o processo de desenvolvimento econômico o Estado se reconfigura e se “racionaliza” para atender aos imperativos do capital monopólico. Altera, na metade da década de 1960, as estruturas onde se inseriam os assistentes sociais, realizando uma reforma “pelo alto”, ou seja, de cima para baixo, começando pelo sistema previdenciário, e alcançando as demais instituições. Isto interferiu diretamente no trato da *questão social*. Esta “racionalização” do Estado não só burocratizou os aparatos onde se inseria os assistentes sociais mas também complexificou a divisão social (e técnica) do trabalho em virtude da especialização das atividades desses agentes sociais.

Esta conjuntura impõe ao Serviço Social a incorporação de novos instrumentos técnico-operativos e a necessidade de formação profissional em decorrência das novas competências provocadas pela especialização do trabalho, além de um “modernização” das ações profissionais, ainda que não se alterem o conteúdo de suas práticas – a execução terminal das políticas sociais. A esse respeito afirma Netto:

A racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade (NETTO, 2011b, p. 123).

Portanto há uma mudança no perfil profissional devido às exigências do mercado o que incidirá diretamente na erosão de suas bases tradicionais uma vez que esse processo implicou num dimensionamento técnico-racional do trabalho profissional e um redimensionamento no seu processo formativo com vistas à atender às necessidades impostas pela nova conjuntura. Estas alterações no processo de formação foram “facilitadas” pela inserção dos cursos de Serviço Social no círculo universitário [e isto] acumulou circunstâncias

que desaguavam no questionamento [das] bases tradicionais da profissão” (MARTINS, 2012, p.121, grifo nosso) que,

Diferentemente de outras profissões de ensino superior, que padeceram a refuncionalização da sua formação pela ditadura já com lastro acadêmico, o Serviço Social ingressa no espaço universitário justamente no lapso de vigência da autocracia burguesa. Com efeito, data daí a inscrição do Serviço Social no espaço universitário [...] as escolas isoladas mantidas destacadamente por organizações confessionais ou leigas, com poucos recursos materiais e humanos [...] convertem-se, em pouco tempo, em unidades de complexos universitários (NETTO, 2011b, p.125).

A mudança no processo formativo possibilita a aproximação com as ciências sociais e a laicização da profissão que possibilitará a criação de espaços de disputa pela hegemonia da categoria e “é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (ibid, p. 128). É no seio desse processo, entre a autocracia e a reformulação da formação, que se desenvolve a crítica ao Serviço Social tradicional entretanto, a elaboração da crítica não foi capaz de romper com o conservadorismo, se expressando aqui o dúbio movimento de um mesmo processo ao qual discutimos anteriormente: a mudança e a continuidade.

Partindo desse pressupostos inferimos que a renovação do Serviço Social tem um caráter contraditório pois o mesmo processo que cria as condições para a refuncionalização da profissão também deflagra as forças indispensáveis para repensar suas bases de legitimação. Em síntese: “instaurando condições para a renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (NETTO, 2011b, p. 129).

A renovação da profissão não é aqui apreendida como um processo “natural” e evolutivo é pois compreendida como:

[...] o conjunto de características novas, que nos marcos das contrições da autocracia burguesa o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo da tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se de instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (ibid, 131).

Esse processo de renovação do Serviço Social inaugura o pluralismo teórico, ideológico e político rompendo com o viés da homogeneidade de visões e práticas o que irá se configurar enquanto um avanço, visto que são gestadas as condições para que a profissão se coloque como o objeto de pesquisa. Quatro eixos caracterizaram a renovação do Serviço Social, os quais foram sintetizados por José Paulo Netto, a saber:

a) instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais [...], derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria um homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (NETTO, 2011b, p.135-136).

Os quatro eixos desse movimento localizados pelo autor, são importantes porque expressam a heterogeneidade e complexidade da renovação, haja vista que abrigou em seu interior três direções distintas, e, que ao mesmo tempo, se entrecruzam: a perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, as quais faremos uma breve discussão das orientações filosóficas, teóricas e prático-políticas que as orientam.

A perspectiva modernizadora ocorre nos anos sessenta, e se caracteriza como um esforço de adequar o Serviço Social à conjuntura sóciopolítica implantada pelo golpe de abril; buscará racionalizar a intervenção do assistente social com base num arsenal técnico e social, os quais são operacionalizados nos marcos do capitalismo com objetivo de atender as exigências impostas pela sua estratégia de desenvolvimento. O desenvolvimento de comunidade é uma das estratégias onde o assistente social terá uma importante atuação. A segunda metade da década de 1960 será o auge de sua formulação, tendo como marco os seminários de teorização do Serviço Social, os quais foram articulados pelo CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais que resultou nos documentos de Araxá e Teresópolis²⁹.

²⁹ Os elaboradores do Documento de Araxá partiram do consenso na apreciação da profissão: “prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986: 24, apud Netto, 2011, p.167).

O que caracteriza esta perspectiva é sua peculiaridade e “a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais” (NETTO, 2011b, p. 155). Nesse sentido buscará no estrutural-funcionalismo as bases para a produção do conhecimento e para a sua legitimação enquanto Instituição profissional. O caráter modernizador se expressa na falta de elaboração da crítica ao regime ditatorial e de seus desdobramentos na realidade brasileira naturalizando esse processo, e se preocupará com a busca de instrumentos e referenciais capazes de responder às demandas originadas pela ordem em vigência. O Serviço Social se auto identificará como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (ibid. p. 154).

Vale ressaltar que “no âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora” (ibid. p. 155). Esta perspectiva se desenvolverá num estreito laço com o regime sóciopolítico inaugurado pelo golpe de abril (com a criação de espaços sócioprofissionais), visto que o Estado “reformado” requeria profissionais também “reformados”. Contudo, sua hegemonia foi mantida até 1970, e, em meados desta década, a crise do regime autocrático burguês “abriu” espaço para a elaboração do questionamento desta hegemonia e construção de outros pólos dinamizadores.

Esses novos pólos foram possibilitados, também, em virtude do processo de reformulação do Serviço Social, por não atender aos anseios dos profissionais que se colocaram resistentes à incorporação das inovações provocadas pela perspectiva modernizadora com bases no pensamento estrutural-funcionalista, e lutaram para manter as bases “tradicionais” da Igreja. Além disso, o traço conservador e seu vínculo com o regime ditatorial eram incompatíveis com os segmentos mais críticos da profissão, e, isto, culminou na construção de duas outras perspectivas componentes do processo de renovação do Serviço Social: a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Para Netto, “a direção que condensa a renovação compatível com o segmento do Serviço Social mais impermeável às mudanças pode-se designar-se como a perspectiva *de reatualização do conservadorismo*” (Netto, 2011b, p. 157, grifo do autor). É no seminário de Sumaré, em 1978, e no seminário do Alto do Boa Vista, em 1986, que a reatualização do conservadora irá dar os primeiros “sinais de vida” se fortalecendo na década de oitenta. Essa

O Documento de Teresópolis possui “triple significado no processo de Renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” (Netto, 2011, p.192). Tanto o documento de Araxá quanto o de Teresópolis são resultados dos Seminários de Teorização.

vertente recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão e os repõe sobre uma base teórico-metodológica se pautando enquanto nova e repudiando o positivismo e as referências de bases marxistas. O seu caráter de “renovação” está ancorado na vertente fenomenológica, existencialista e psicologicista, bem como na aproximação com o tradicionalismo católico, além de reclamar por uma cientificidade na profissão para direcionamento da prática.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo encontra espaço para se desenvolver, assim diz Netto:

Em primeiro lugar, capitaliza o aparente distanciamento em face da ditadura que cercou a emergência das tendências irracionistas [...] nas universidades brasileira [...]. Em segundo lugar, ao conceder um relevo destacado às dimensões da subjetividade, ela atende às requisições fortemente psicologistas que surgem em amplos estratos profissionais cujo desempenho está travejado por um ceticismo abstrato (NETTO, 2011, p. 158).

Entretanto, essa retomada dos processos conservadores e tradicionais do catolicismo não ocorre de maneira fácil, pois já existiam fatores que permeavam a renovação da profissão, tais como a laicização, já discutida anteriormente, com novos projetos de vertente católica. Mas “no terreno da formulação da “nova proposta” conservará por largo tempo um cariz emblemático: recolocou, procurando legitimá-lo, o tradicionalismo no debate contemporâneo. No terreno da prática institucional, porém, seu fôlego profissional-operativo será curto” (Netto, 2011b, p.246), em decorrência das novas configurações das relações sociais inerentes à sua própria dinâmica.

Os novos determinantes das relações sociais implicaram na elaboração de outro direcionamento para a atuação profissional: “a perspectiva renovadora que, à falta de melhor designação chamamos de *intenção de ruptura*” (Netto, 2011b, 247) emerge na escola de Serviço Social da Igreja Católica de Minas Gerais, ainda nos anos 1970. Posteriormente, ganha visibilidade nos fóruns e espaços da categoria, e destaca-se como interlocutor no debate dos assistentes sociais em meados dos anos de 1980. “Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (ibid, p.159).

Portanto, essa perspectiva expressa a intenção de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, e com suas formas de intervenção profissional. A passagem dos anos 1970 e 1980, com o processo de luta pela redemocratização do país, proporciona um fértil solo para que vertentes mais críticas se desenvolvam. Segundo Netto

(2011b), a intenção de ruptura tem no método Belo Horizonte o seu marco inicial. Houve dificuldade de consolidação da vertente, contudo ao avançar a crise da ditadura e o marxismo acadêmico ela se desenvolve³⁰ sob a égide da crítica ao período autocrático. Nesse caso, é no seio da Universidade de Católica de Minas Gerais³¹ que se gesta esta perspectiva que intenciona romper com o pensamento conservador positivista, se gesta e onde se inicia os primeiros contatos com a sociologia crítica marxista, embora ainda muito limitada, configurando-se num momento em que tínhamos na profissão um marxismo sem Marx. O central é que a intenção de ruptura assume em todas as reformulações o caráter contrário à autocracia burguesa, e, é isto, que a distingue das demais vertentes de renovação do Serviço Social.

Embora a universidade estivesse passando pelo processo de refuncionalização, é em seu interior que a perspectiva de ruptura encontrou campo menos adverso do que fora desse espaço. Portanto,

[...] o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais [...] (NETTO, 2011b, p.251).

Esse processo não ocorre de forma tranquila, a intenção de ruptura não foi resultado da vontade subjetiva de seus defensores, antes é resultados dos correlação de forças das tendências que perpassa a profissão e se expressa no seu processo de laicização. A crise da autocracia abrirá possibilidade da intenção de ruptura se posicionar abertamente em relação as suas articulações sociopolíticas³². Netto (2011b) situa a perspectiva de ruptura em três

³⁰ “As razões desta trajetória singular – da existência residual por quase uma década na universidade a um protagonismo que as vezes parece decisivo – residem especialmente nas dimensões ideológicas (explícitos ou não) próprias desta perspectiva [...]. Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colida com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocava-se com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”) no plano político (suas concepções de participação e cidadania, bem como suas projeções societárias, batia contra a institucionalidade da Ditadura)” (NETTO, 2011b, p.248).

³¹ “A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975 pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”. É na atividade desse grupo que a intenção de ruptura se explicita originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar” (ibid, p. 261).

³² [...] as bases sóciopolíticas da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril [...]. O corte de abril secciona-a desse

momentos: o da emergência, consolidação acadêmica e espraiamento para o conjunto da categoria. No primeiro momento, o da sua emergência surge na universidade como já discutimos. As condições objetivas e os determinantes sóciopolíticos possibilitaram aos jovens mineiros elaborar uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e em seu lugar propõe uma alternativa global: a ruptura com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico e na intervenção profissional e no plano da formação.

Esse processo foi interrompido em 1975 com a demissão de seus principais formuladores e ressurgiu tempos depois sob forma de ensaios, monografias no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980 reconfigura-se sobre novas bases em âmbito estritamente acadêmico com todos os significados que isto pode obter diante de uma universidade enquadrada sob os ditames da autocracia burguesa que entra em crise e abre-se a possibilidade da intenção de ruptura se desenvolver e se consolidar. De um lado está um processo favorável à recuperação da instituição e de outro ela [a intenção de ruptura] se efetivava numa conjuntura que possibilitava novos saltos de reflexão.

Portanto, a intenção de ruptura avança com a perspectiva crítica dialética para elaboração crítico-histórica se apropriando-se de fontes originais. Ao sair do enviesamento, põe a própria Instituição Serviço Social como objeto de estudo, e terá na elaboração de Yamamoto e Carvalho (originalmente publicado em 1982), com a clássica obra *Relações Sociais no Brasil*, a saída da análise endógena para a realização da análise exógena. É nesse momento que o projeto de ruptura se consolida na esfera da academia. O saldo desse processo foi a obter “a maioria intelectual e teórica da perspectiva da intenção de ruptura: a partir dele, esta vertente situa-se numa interlocução paritária com as ciências sociais e com outras áreas da produção do saber sem abrir mão da referencialidade do Serviço Social” (Netto, 2011b, p. 266).

O terceiro momento dessa perspectiva é esse em que estamos vivendo, no qual se “espraia para o conjunto da categoria” (ibid.). A apropriação ontológica da vertente crítica marxista possibilitou que a vertente intenção de ruptura se estabelecesse enquanto hegemônica ocupando espaços diretivos da profissão, reconfigurando a Lei de

húmus, mas não impede seu desenvolvimento na ambiência cultural e ideológica que caldeia com o exercício oposicionista de segmentos das camadas médias urbanas [...]. No ciclo autocrático burguês, é nestes anos que se articulam as tendências sóciopolíticas que mais imediatamente suportaram a perspectiva de intenção de ruptura: a mobilização antiditatorial [...] dinamizada pelos setores das camadas médias urbanas jogadas na oposição coloca os referenciais – culturais e políticos – que, na sequência da derrota anterior e do conjunto dos trabalhadores, vão nutrir a perspectiva teórica que ocupamos [...] São estas as bases da perspectiva de ruptura.. (NETTO, 2011, p. 257)

Regulamentação da Profissão, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, proporcionando o fortalecimento do novo projeto ético-político profissional.

2.0 A INSTRUMENTALIDADE NO IR E VIR: ENTRE A TEORIA À PRÁTICA

Como vimos, no capítulo anterior, o Serviço Social é uma profissão fundamentalmente interventiva e, historicamente, para a realização do seu trabalho o profissional utiliza uma série de habilidades, técnicas e conhecimentos que vão se “modernizando” ao longo do tempo num processo contraditório de acordo com as correlações de forças entre as classes sociais.

Para discutir a categoria, instrumentalidade, ontológica e reflexiva, partimos da constatação, a qual assevera que o Serviço Social se constitui enquanto ramo especializado do trabalho coletivo gestado a partir das condições sócio-históricas, inerentes à sociabilidade e racionalidade burguesa. Logo, é síntese de um processo histórico criado para dar respostas às demandas que lhes são colocadas. Esta condição se reverbera tanto na consciência quanto na instrumentalidade do Serviço Social, visto que, segundo Guerra (2011), o desenvolvimento das forças produtivas irá implicar diretamente na “racionalização” da prática profissional, na busca dos procedimentos, no desenvolvimento de técnicas e na produção de conhecimentos e saberes interventivos.

Desse modo, “o Serviço Social desenvolve ações instrumentais como exigências de sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho e alocação dos espaços sócio-institucionais da ordem capitalista dos monopólios [...] amparadas por uma modalidade de razão requisitadas por ela” (ibid, p.37). Portanto, é na ordem do monopólio que são criadas as condições necessárias para a profissionalização do Serviço Social. Nesse sentido, constatamos que a racionalidade instrumental está situada nos marcos da razão moderna, isto é, da racionalidade burguesa. Dessa forma, é necessário que o profissional consiga apreender nas expressões dessa universalidade quais as particularidades se manifestam no fazer profissional “e sob as quais a profissão constitui, desenvolve e realiza a sua instrumentalidade” (Guerra, 2011 p. 151).

Para entender esse processo tomamos como pressuposto os estudos de Guerra (2011), e as contribuições de Iamamoto e Carvalho (2010) e Netto (2011; 2011b), que nos subsidiaram a concluir que, até a década de 1970, o Serviço Social orientava-se

preponderantemente pela racionalidade conservadora/burguesa³³, ou seja, pela racionalidade formal-abstrata³⁴ igualmente denominada de razão instrumental. A partir desses estudos, identificamos que o “sintoma” do racionalismo conservador se expressa no processo de “refuncionalização” do Estado, na ampliação do pauperismo, na retomada do protagonismo dos trabalhadores, nas respostas do Estado através de políticas sociais fragmentadas, burocratizadas e integralizadoras, as quais são espaço privilegiado de atuação profissional.

Ante a sua forma de enfrentamento da *questão social*, o Estado “reformista” seguirá princípios organizativos próprio da ordem monopólica tais como a:

[...]racionalização e maximização dos recursos, normatização dos recursos, normatização de procedimentos técnicos, introdução de novas tecnologias, exigências de eficiências de eficácia dos meios (materiais e culturais) destinados à reprodução ampliada do capital, polivalência nas ações, interdisciplinaridade profissional (GUERRA, 2011, p. 138).

Estes princípios irão revestir a prática profissional de tecnicismos e instrumentalismos, objetivando alcançar resultados institucionais alheios à sua própria vontade, retomando a função de meramente executor de políticas. Qualquer semelhança com a realidade contemporânea e com as peculiaridades que perpassam a intervenção profissional na atualidade não é mera coincidência. Mesmo ao romper com os “paradigmas”³⁵ presentes no Serviço Social, desde a sua gênese e, posteriormente, no seu processo de institucionalização enquanto profissão, há uma particularidade entre o tradicionalismo e a ruptura que irá articular o contínuo desse movimento garantindo a permanência de traços conservadores, isto é, há no seio da profissão “a presença da racionalidade formal-abstrata enquanto mediação teórico-cultural e ideopolítica que, historicamente, vem exercendo influência na profissão”

³³ “Racionalidade burguesa é a racionalidade predominante que está subjacente às formas de ser, pensar e agir na ordem social capitalista. Ela possui duas características fundamentais: o formalismo e a abstração. Ela é a lógica necessária à manutenção da ordem social e tem no positivismo sua mais alta expressão” (GUERRA, 2007b, p. 09 nota de rodapé nº 05).

³⁴ A institucionalização da racionalidade formal-abstrata pode ser tributado à Emile Durkheim no que se refere à análise das estruturas sociais não apenas no seu caráter explicativo mas também no direcionamento de uma programática de ação sobre a sociedade. “As formulações teórico-metodológicas de Durkheim são um vetor que conecta diretamente à ordem social capitalista, que a explica e a legitima. Sua influência se fará sentir enquanto esta ordem permanecer, que o pensamento analítico-formal fornece, ao mesmo tempo, uma determinada maneira de interpretação e validação da ordem burguesa e um conjunto de procedimentos instrumentais e manipulatórios para atuar sobre ela” (Guerra, 2011, p. 65).

³⁵ “Na sua análise sobre o processo de formação e transformação das teorias científicas, Kuhn considera que uma ciência encontra-se “madura” quando constituída por um conjunto de leis, regras, princípios e instrumentos, aceitos pela comunidade científica por determinado período. A este conjunto de soluções adotadas como modelo hegemônico numa comunidade científica por determinado período” (Guerra, 2011 p. 77). A este modelo hegemônico Kuhn denominou de paradigma.

(ibid, p. 140) garantindo que o conservadorismo assumira novas roupagens ao decorrer do processo histórico.

No processo de transição e de profissionalização do Serviço Social a razão é fundamental para a ressignificação das suas intervenções, bem como da sua constante reconfiguração. Ela é a responsável por tornar os fatos inteligíveis, e estes, por sua vez, constituem-se em seus fundamentos, ao mesmo tempo em que são resultados das relações racionais que obedecem as leis das causalidades e das contradições (Guerra, 2011). Nas palavras da autora razão é:

Uma condição ou momento do pensamento que busca apreender a realidade como movimento e por isso tem que caminhar de abstrações mais simples dadas pelo intelecto, no sentido de determiná-las por meio das mediações que vinculam os fatos a determinados processos, saturados de determinações (ibid, p.44).

O entendimento de razão trazido pela autora já aponta num outro direcionamento, no direcionamento do movimento de reconceituação que propõe a análise da realidade a partir do pensamento crítico dialético rompendo com a racionalidade formal-abstrata na sua dimensão instrumental e manipulatória.

O movimento de reconceituação, bem como a conjuntura econômica, sócio-políticas, culturais produzida a partir dos desdobramentos do período autocrático brasileiro colocam novas demandas e requisições profissionais. A reconceituação trouxe consigo a proposta de uma intervenção crítica e qualificada, em que as mediações postas no âmbito de atuação se encontravam reificadas. Esse processo é característico do capitalismo maduro, e, por conseguinte, a atitude investigativa do profissional será essencial no processo da instrumentalidade do Serviço Social no sentido do desocultamento do real desempenhando um papel fundamental de trazer à luz da consciência aquilo que está oculto.

Enquanto perspectiva crítica sugere-se que está no movimento dialético a possibilidade de elaborar a crítica ao cotidiano, no sentido de ir além do imediato, encontrando as mediações que estão imbricadas na totalidade para desvendar o concreto que está na particularidade, e se manifesta na universalidade enquanto pseudoconcreta (manifestando-se e escondendo-se na singularidade).

Fraga aponta que para desvelar as mediações as quais se encontram reificadas é necessário:

Conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, construindo sua visibilidade a partir de informações e análises consistentes – atitude investigativa. Concomitantemente, o trabalho do AS deverá ser norteado por um plano de intervenção profissional objetivando construir estratégias coletivas para o enfrentamento das diferentes manifestações de desigualdades e injustiças sociais, numa perspectiva histórica que apreenda o movimento do contraditório do real (FRAGA, 2010, p. 45).

Para dar instrumentalidade à ação profissional é preciso ir além das formas fenomênicas da realidade, romper com a aparência desses fenômenos, visto que “as ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é a práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente” (Heller, 1989, apud. Guerra, 2007, p. 10). Esta premissa requer do sujeito interventor uma consciência na ação, visto que a teoria é uma finalidade ideal. Portanto, se houver intencionalidade consciente na ação conseguiremos chegar a uma finalidade real mais próxima daquilo que desejamos.

Compreendemos que questões como: O que? Por quê? E como fazer? Devem estar claras para que atividade prática se coadune com a teoria. Santos afirma que “a práxis humana só se é possível em razão de uma atividade humana ser um pôr teleológico, ou seja, o homem, ao agir, põe uma finalidade que desencadeia relações causais” (Santos, 2010, p.37). Esta referência nos ajuda a pensar sobre a prática profissional, mas é necessário evidenciar que a práxis social não é prática profissional, antes, esta última, faz parte do conjunto das objetivações humanas, específicas, que compõem a práxis social. Assim afirma Santos:

Considerando igualmente a contribuição de Luckács, tendo aqui a situar o Serviço Social como uma prática profissional e, como tal, parte de uma práxis social. Entendo que, para este autor, a categoria práxis social é mais ampla, envolvendo, inclusive, a categoria trabalho. A práxis social, por sua vez, não pode ser reduzida a uma das suas expressões, qual seja, a prática profissional (SANTOS, 2010, p. 44).

Esta afirmativa é apenas para deixar explícito que a prática profissional é expressão da práxis social, isto é, ela não deve ser analisada isoladamente fora de um contexto econômico político e cultural ainda que detenha um caráter contraditório qual seja: ela é “socialmente determinada ao mesmo tempo que e produto de seus agentes profissionais” (ibid. p. 45) logo, é preciso que os seus agente entendam com criticidade o significado social do seu agir.

O movimento de reconceituação proponha uma intervenção profissional num direcionamento de outra ordem societária, mas é necessário que os entendimentos equivocados dessa diretriz pois, não é possível desenvolver uma prática revolucionária na ordem vigente. “O máximo que se pode alcançar é uma atuação profissional de enfrentamento das expressões da “questão social” dentro dessa ordem, visando, todavia, a sua superação” (Santos, 2010, p. 49).

Diante disso é possível dizer que a orientação marxista proposta pelo movimento de reconceituação permite uma intervenção de ruptura, a intencionalidade do profissional se coloca na esfera da possibilidade pois encontra-se limitada às condições objetivas postas no espaço sócio-cupacional. Contudo,

[...]se o profissional se insere em uma instituição que tenha por objetivo a luta pela conquista de direitos políticos e sociais, de organizações de classes – cuja natureza é a organização dos trabalhadores –, sua prática pode se aproximar de uma prática de ruptura. [...]essa relação teoria de ruptura/prática de ruptura se faz ou não a depender da natureza do objeto de intervenção, das finalidades da instituição, do profissional e da população. Assim, uma concepção “fatalista”, em que “não se pode fazer nada, já que a realidade está dada” e uma concepção “messiânica”, em que com sua ação profissional o Serviço Social “transformará o mundo”, são ambas limitadas (ibid. p. 50).

Dessa forma, uma teoria de ruptura não pode se transformar numa prática imediata de ruptura. Para isto, é preciso que haja os fins e os meios, o teleológico e os instrumentos/instrumentalidade, considerando o nível possível da ruptura dada as condições estabelecidas. A “passagem” da teoria à prática exige um profissional consciente das finalidades que se quer obter idealmente para que se possa eleger ou criar meios para desvendar as mediações para que as finalidades reais seja o mais aproximativa possível.

Uma dos pressupostos para o desocultamento das mediações é o conhecimento da realidade. “Conhecer a realidade requer superar a consciência comum – que reduz o prático a apenas uma dimensão: a do prático/utilitário –, bem como a consciência idealista” (ibid. p. 36). No método de investigação crítico dialético a aparência empírica, ou seja, a causalidade posta é o ponto de partida para chegar a essência dos fenômenos. Segundo Marx:

[...] parte-se da aparência, do imediato, da busca de suas conexões, de suas determinações, postos pela prática. Já o caminho de volta é o momento em que, pela compreensão do concreto em sua universalidade, volta-se para ele, mas não mais como um concreto apropriado apenas da aparência. Ele se tornou um concreto pensado, o sujeito o vê em suas conexões, contradições,

em sua totalidade. Nesse sentido, aparência e essência se encontram (MARX apud, SANTOS, 2010, p.21).

O concreto agora conhecido, apreendido pelo pensamento, não se altera o que irá mudar é o conhecimento que se tem sobre ele. É importante ressaltar também que o processo de investigação deve ser contínuo para apreensão do maior número de determinações possíveis já que o conhecimento sobre o objeto é sempre aproximativo

Para iniciar o processo de investigação é necessário “fugir” das naturalizações para que apropriando-se do princípio da razão para questionar a realidade posta, visto que ela (a razão) está no reino das possibilidades, do vir a ser, ou seja, é condição do pensamento à qual busca captar os elementos da realidade social concreta por meio do intelecto o que permite (re)conhecer, estabelecer as relações sociais e (re)construir a realidade social concreta por via do pensamento.

Portanto, o conhecimento obtido através da razão contrapõe-se ao conhecimento imediatista o que significa dizer que:

[...] a “racionalidade”, enquanto uma propriedade da razão, vincula-se às formas de concebê-la; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinação, que é expressão da própria realidade. A racionalidade dada pela razão dialética é a síntese dos procedimentos ativos e intelectivos e torna-se um adjetivo da razão que desaliena, desmitifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental (GUERRA, 2011, p. 44).

O fato de conhecer a realidade na qual se está inserido, buscando apreender as particularidades num movimento do singular ao universal, não irá alterar a realidade. Contudo, como já dito, desvendará as mediações implícitas no processo ampliando as possibilidades de atuação profissional, considerando que:

[...] a utilização de procedimentos burocráticos-administrativos a partir de modelos oriundos da lógica formal e abstrata para atender a uma heterogeneidade de situações direta e imediatamente vinculadas no plano da formalidade institucional, a utilização de procedimentos predeterminados, leva o profissional a circunscrever sua prática à da vida e dos limites institucionais. Nesse âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais, e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos (GUERRA, 2007, p. 09).

O ir além dos *limites institucionais* tão propagados pelos profissionais de Serviço Social é antes de mais nada apreender os determinantes do seu processo de trabalho – os quais em muitos sentidos encontram-se reificados no âmbito profissional, o que certamente implicará na criação de instrumentais técnico-operativos que reforçam a ordem hegemônica – bem como compreender o sentido da instrumentalidade no desenvolvimento de suas atividades. Assim, a instrumentalidade no “exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (Guerra, 2007b).

A instrumentalidade é a possibilidade criada para objetivar a intencionalidade profissional. Isto não significa efetividade, pois ao retomarmos Iamamoto (um: Iamamoto e Carvalho, 2010), ela irá nos provocar na seguinte reflexão: pode haver uma discrepância entre a intencionalidade do agente e a materialização da vontade mediada pelas condições objetivas e subjetivas. Pensamos que estas condições podem ser alteradas em decorrência do tensionamento ocasionado pelo profissional possibilitado a partir do desvelamento das mediações postas, quando realizada sob orientação teórico-metodológica (crítica) e pela construção de meios estratégicos orientado num projeto ético-político, comprometido com a ruptura dos “paradigmas” próprios da racionalidade burguesa.

Os instrumentos e técnicas criados no processo de trabalho são partes constitutivas da instrumentalidade, e esta é um elemento indispensável ao Serviço Social. É necessário ressaltar, ainda, que a instrumentalidade é resultado dos múltiplos processos sócio-históricos. Não se resume à aplicação dos instrumentos técnico-operativos, ou seja, é capacidade, adquirida pelo profissional, de articular as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa possibilitada pelo conhecimento de ambas as dimensões, e pelo conjunto de mediações que estão em torno do agente; e se materializa na contradição entre as condições objetivas e subjetivas.³⁶

Ao longo da história o ser humano desenvolve, em seu processo de trabalho, meios para alcançar as suas finalidades e se relacionar com os demais, pois este se “constitui num

³⁶“**Condições objetivas:** são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. **Condições subjetivas:** são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras (GUERRA, 2007b, p.01, nota de rodapé nº 03, grifo da autora).

ser prático social que se realiza pelo trabalho”³⁷ (Guerra, 2011, p.101). A partir do trabalho o ser humano transforma o meio em que vive, ao mesmo tempo em que também transforma a si e aos outros. Neste processo, o Ser Social cria os meios/instrumentos para a satisfação das suas necessidades (materiais e de regulação das relações sociais), recriando e reproduzindo-se enquanto prático-social.

Com base em Marx, a autora afirma que os meios de realização do trabalho “medeiam a relação entre a força ou a capacidade de trabalho e o objeto sobre a qual incide sua ação, mediante um projeto ou finalidade” (Ibid, 102). É a partir das condições objetivas que se possibilita estabelecer finalidades as quais estarão ancoradas nos meios que poderão permitir a sua efetividade. Então, ao mesmo tempo em que a teleologia é dotada de um caráter transformador, ela pode se esbarrar nos limites impostos dado pelas condições materiais e objetivas. Aqui, meios e o objeto de trabalho estão imbrincados como meios de produção.

Há que se convir que a teleologia é o que diferencia o ser humano dos animais, porque busca atingir seus objetivos. Ela é determinante na passagem da teoria à prática, ou seja, a passagem do reino das possibilidades para o reino da efetividade (com todas as ressalvas já realizadas até aqui). “Para a teleologia transformar uma realidade objetiva (uma causalidade) em uma causalidade posta, ou seja, em um produto, ela precisa pôr o fim e buscar os meios que possibilitem esse processo” (Santos, 2010, p.56).

Ao entender o significado sócio-histórico do Serviço Social, entendendo-o enquanto participante da reprodução das relações sociais e portanto lhe é inerente o papel de dar respostas as demandas que lhe são colocadas, entendemos também que “para a efetivação de sua ação, os profissionais acionam um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais” (TRINDADE, 2001 p.02), **objetos materiais**, leia-se: reprodução material e reprodução das formas de relação entre/intra classes.

Será a busca pelo “estatuto teórico da profissão” que o Serviço Social se apropriará das ciências sociais objetivando o aprimoramento técnico, a criação ou incorporação de procedimentos para a efetivação de intervenções imediatas as quais deram o seu reconhecimento (criação da auto-imagem). A respeito destas questões Guerra (2012) aponta:

³⁷ “Toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens no curso da história” (Marx e Engels, 1989:13, nota de rodapé nº 01, Guerra, 2011, p. 101).

No atendimento aos objetivos imediatos, a dimensão técnico-operativa é mobilizada. Sua instrumentalidade está na “resolutividade”, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas. A legitimidade social de uma profissão encontra-se nas respostas que ela dá às necessidades históricas-sociais num determinado tempo e espaço (GUERRA, In.: SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 41-42).

É a partir da efetivação da dimensão técnico-operativa que o assistente social imprime um *modus operandi* ao seu exercício e é também através deste que o profissional articula um conjunto de conhecimento, criando e recriando novas formas de operar na realidade social prática contribuindo para a construção de uma nova cultura. Partimos dessa premissa para realizar a discussão.

Contudo, ainda que os instrumentos e técnicas apareçam na realidade social concreta “desprovidos” de caráter político-ideológico este caráter estará contido desde o processo de formulação pois “as técnicas não são portadoras de uma capacidade imanente de alcançar determinados resultados, pois são mobilizadas a partir da capacidade teleológica dos sujeitos, no sentido de pôr finalidades, a partir das necessidades presentes na realidade a ser transformada” (TRINDADE, 2001, p. 06). Isto significa que se há finalidade houve intencionalidade e conseqüentemente escolhas entre uma outra forma de agir na imediaticidade e portanto existe uma orientação ético-política. Dito de outra maneira:

A teleologia necessita da definição dos fins – o que implica uma dimensão ético-política – e da escolha dos meios – o que implica, também, uma dimensão técnico-operativa –, sendo que a dimensão teórica influencia as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana. Dessa forma, é na relação de unidade entre teoria-fim-meio que ocorre a efetivação (SANTOS, 2010, p. 56).

Em decorrência da necessidade em dar respostas a uma dada situação é que se estabelece a posição dos fins esta necessidade “faz com que os homens busquem **alternativas** que possibilitem a realização da finalidade” (ibid. p.57, grifo nosso). A categoria “alternativa” tem uma importância nesse processo pois ela é mediação no processo de passagem do reino das possibilidades para o reino da efetividade. Ou seja pôr um fim pressupõe a escolha entre alternativas que tenha maiores condições de se materializar isto pressupõe um conhecimento prévio das possibilidades existentes no processo já que a escolha estará no âmbito da consciência (Santos, 2010).

O processo de escolha dentre as alternativas tanto das finalidades quanto na escolha dos meios pressupõe o discernimento entre aquilo que é útil e inútil, correto e incorreto, bom e ruim, adequado e inadequado dentre outros o qual pertence à esfera da valoração que por sua vez é determinante. “Escolher entre as alternativas significa, então, avaliar se um determinado objeto será “útil” ou não, “adequado” ou não para atingir determinado fim e avaliar a adequação do próprio fim posto. Isso requer igualmente um conhecimento prévio, mas também uma avaliação de valor” (ibid, p. 60).

Para realizar a escolha é necessário um conhecimento prévio das alternativas (embora não seja possível conhecer todos os elementos) este conhecimento são orientados pelos valores logo, concluímos que estes são determinantes para pôr finalidades ou seja eles incidirão sobre o conhecimento. Santos (2010) aponta ainda outros elementos desse processo, segundo a autora os valores e o dever ser são categorias intimamente ligadas pois fazem parte de um único processo. Para Luckács (2004, p.130, apud Santos, 2010), o valor “influi mais especialmente sobre a posição do fim e é critério de avaliação do produto realizado” já o dever ser “funciona como regulador do processo em si mesmo”.

De acordo com o que vimos até aqui somos levados a inferir que a categoria “alternativa” possui as dimensões técnica-operativo, teórico e metodológico e ético-político.

[...]ao se afirmar que os valores (incluindo o dever ser) possuem, no ser social, um papel ontológico fundamental no processo de objetivação humana por meio da alternativa, está se afirmando a dimensão ética presente tanto na posição do fim quanto na busca dos meios para tornar ato a finalidade. Ao se escolher um fim, há de se refletir sobre os valores que estão impregnados nessa escolha para que haja uma escolha consciente e coerente com o referencial teórico utilizado no conhecimento dos meios necessários a ação (SANTOS, 2010, 67).

Assumir uma responsabilidade no processo de realização da escolha e ao mesmo tempo se comprometer com a escolha realizada caracteriza-se enquanto político então, ética e política caminham juntas.

Realizadas essas considerações a respeito da práxis social, podemos dizer que na prática profissional o processo é o mesmo, com o seguinte agravante: a posição teleológica é do tipo secundária de finalidade imediata, controlar os resultados é mais difícil no sentido de que não é somente a ação profissional que está envolvida no processo mas também outros atores. E ainda, no Serviço Social a presença de um projeto ético-político que direciona/orienta a profissão, o qual é construído a partir dos determinantes sócio-históricos,

expressa que a prática profissional é constituída pelas causalidades (condições objetivas) e pela teleologia (causalidades). A prática profissional se opera carregada de valores em conflitos diante da realidade social concreta.

[...]como se trata de uma posição teleológica que se pretende uma ação sobre outras consciências, ou de influir sobre um ser que não é uma matéria inerte e sim outro ser humano e/ou estruturas que lhe afetam e que, como tal, oferecem uma reação sobre essa ação, escolher uma finalidade e os meios existentes a serem mobilizados exige, igualmente, um conhecimento dos sujeitos que procuram por serviços sociais (SANTOS, 2010, p.74-75).

Dessa forma, é necessário buscar meios que possibilitem conhecer a cultura, as relações sociais estabelecidas, os valores dentre outros elementos no intuito de adquirir um vasto conhecimentos sobre os usuários dos serviços a fim de ampliar as alternativas e consequentemente a liberdade de escolha para uma ação consciente. O conhecimento do objeto da intervenção deve ser orientado pela teoria pois ela que permitirá desvelar as mediações postas. Outro aspecto fundamental que permeia esse processo são os valores éticos morais e políticos dos assistentes sociais pois estes agem a partir da ideologia e valores tal qual acontece na práxis social já explicada anteriormente.

É nesse sentido que a autora traz questões importantes para a reflexão tais como: o profissional tem consciência desse pôr teleológico? Tem clareza de sua finalidade? Conhece os elementos que envolvem a escolha da finalidade? Tem consciência dos valores que determinam a escolha? Sabe quais são as implicações ao escolher uma ou outra finalidade? Sua ação é livre? Percebe os impactos dos valores conservadores?

Portanto, é necessário conhecer os agentes profissionais para verificar como vem se desenhando a profissão, percebendo as manifestações da particularidade sócio-histórica fruto da herança cultural, os conhecimentos teóricos, técnicos-operativos, classe, gênero (o Serviço Social é uma profissão eminentemente feminina), dentre outras questões que perpassam pela herança cultural da profissão.

Os instrumentos e técnicas possibilitam a materialização da ação independente se estão ou não articulados com as dimensões teórico-metodológicos e ético-político. No entanto, o resultado da ação pode se colocar num sentido de ruptura ou de reprodução do conservadorismo/funcionalismo dependendo da articulação ou não entre as três dimensões. Assim, é necessário perceber se os instrumentais técnicos-operativos estão partindo do

entendimento da unidade teoria e prática. E se este tem ocupado o seu devido lugar no processo da intervenção profissional.

2.1 Na travessia: a unidade entre teoria e prática na diversidade

Compreendemos as categorias teoria e prática à luz do materialismo histórico-dialético³⁸, portanto, entendemo-las como indissociáveis e reconhecemos as diferenças no que corresponde ao seu caráter identitário. Cabe aqui, alguns apontamentos no que se refere à apreensão equivocada a qual vem sustentando falsos dilemas no exercício profissional, tais como os que afirmam que *na prática a teoria é outra*³⁹ e que *o a teoria social marxista não instrumentaliza para a prática*.

Estes falsos dilemas têm como base de sustentação a racionalidade formal abstrata que mantém-se irredutível à aceitação da unidade teoria e prática. Esta perspectiva tem como fundamento a divisão entre trabalho manual e intelectual “que se desenvolve à medida que se aprofunda o capitalismo” (Iamamoto, 2011, p.96)⁴⁰. Nesse sentido, as assertivas supracitadas se baseiam na concepção equivocada de que a teoria deve ser realizada na prática de maneira imediata.

Em outros termos, é a ideia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis a realidade, produzindo imediatamente o efeito ou produto previsto e/ou desejado (FORTI e GUERRA, 2010, p. 05).

³⁸ “Materialismo porque parte do pressuposto de que a realidade é anterior ao pensamento, a matéria precede o conceito ela existe antes de existir um pensamento sobre ela. Dialético porque parte de uma explicação do ser em todas as suas modalidades, como uma totalidade em permanente movimento. Histórico num sentido duplo, primeiro porque essa explicação é específica a sociedade, a história e a cultura, ou seja, ao ser social, segundo porque toma o objeto como um componente do processo histórico isto é os indivíduos são um produto social, a sociedade muda as idéias”. (SANTOS, p 17, 2010).

³⁹ Em Guerra (2011) a autora lança essa questão a qual será, posteriormente, aprofundada por Santos (2010).

⁴⁰ Para um aprofundamento sobre a divisão social do trabalho na sociedade e no interior da produção, dentro da linha que procura apreender a historicidade dessa noção, isto é, compreender as formas específicas que assume nos vários estágios de desenvolvimento do capitalismo, ver especialmente: K. Marx e F. Engels. A ideologia; K. Marx. El Capital. Critica de la Economia politica, seção IV. Manuscritos económicos-filosóficos de 1844 (Iamamoto, 2011, p.96, nota de rodapé nº 25.)

Isto nos remete ao pragmatismo, inerente à racionalidade burguesa, que prima pela a teoria dos resultados. Como questão de fundo, o que está se afirmando com esses falsos dilemas, segundo Santos (2010), é que a teoria marxista (característica da intenção de ruptura) não veio acompanhada de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios coerente no sentido de uma prática que corresponda à teoria. Eles (os falsos dilemas) expressam:

A dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional, que rebate numa expectativa equivocada no que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Assim sendo, trata-se de um problema que não pode ser ignorado ou massacrado e que envolve diretamente a formação profissional (SANTOS, 2010, p. 02).

Esse apontamento realizado por Santos importa-nos no sentido de entender a reprodução do discurso quanto à questão dos instrumentos e técnicas dos assistentes sociais, que, segundo a autora, é resultado da incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético que se refletiu no trato das dimensões da prática interventivas do Serviço Social. Segundo a autora, vem ocorrendo os seguintes apreensões:

[Quanto a teoria] 1) algo que se transforma na prática de forma imediata, portanto “teoria de ruptura” igual a “prática de ruptura”; 2) algo que, por si só, oferece os procedimentos para a intervenção, ou seja, que da teoria se retira, também de forma imediata, instrumentos próprios a ela; 3) análoga à formação.

[...]

[Quanto a prática] 1) sinônimo de instrumentos e técnicas, ou seja, resume-se na utilização de instrumentos e técnicas; 2) análoga ao mercado de trabalho exclusivamente; 3) reduzida à prática profissional (SANTOS, 2010, p.05).

É importante notar que a falta de entendimento, muitas vezes, leva o/a assistente social a confundir a prática profissional com prática social e prática revolucionária, assim como a aplicação de procedimentos. Outro elemento importante é que a teoria aparece como algo que se “encaixe” na prática”. Infere-se, pois, que um referencial teórico é condição necessária, uma mediação essencial, para a escolha ou elaboração de instrumentos e técnicas que correspondam com a realidade, no entanto, não derivará em procedimentos e técnicas imediatamente.

A partir da retomada do pensamento da tradição marxista e do próprio Marx, Santos (2010) nos oferece elementos para refletir sobre unidade teoria/prática. Nesse sentido, identificamos que o ser é produto da sociedade, ao mesmo tempo em que a produz. O mundo real é o mundo da práxis humana, e isto se evidencia nas provocações de Marx e Engels:

[...] será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a sua consciência? [...] O que prova a história das idéias, senão que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção matéria? As idéias dominantes de uma época sempre foram idéias da classe dominante (MARX, K; ENGELS, F. Apud. SANTOS, 2010, p. 15-16).

Portanto, a prática não é entendida como mera atividade da consciência, mas como atividade real e material do homem social, que somente terá sentido de ser através da práxis. “O objeto pode existir sem o sujeito, mas não pode existir consciência sem sujeito” (Santos, 2010, p.18). Aqui, se expressa o sentido de unidade e paralelamente; explicita-se a diferença entre ambas e ressalta-se a supremacia da prática.

A prática é anterior às formulações criadas a seu respeito, ou seja, existe independente da consciência. É real e concreto porque se constitui numa síntese de múltiplas determinações, as quais são elementos constitutivos que compõem o objeto, expressam condição histórias e são resultados da ação prática dos homens. O método marxista busca desvendar esse concreto partindo da aparência dos fenômenos, do empírico, mas realizando “o caminho de ida” em busca da essência do objeto. A realização do “caminho de volta” é o momento em que já foi possível apreender o máximo de determinações possíveis, em sua universalidade, voltando ao ponto inicial na forma de concreto pensado.

No entanto, o concreto não se altera, o que irá transformar-se é o conhecimento que se tem sobre ele, ou seja, o concreto será desvendado a partir da razão. Assim, evidencia-se a unidade entre teoria e prática e, concomitantemente, se expressa a sua diferença. A prática é anterior à teoria, e se processam num constante movimento, isto é, a teoria/reprodução do real será sempre aproximativa, e, por isso, o processo de investigação deverá ser constante para apreender o maior número de determinações possíveis. “As determinações que constitui o ser real supõem níveis de concretude, quais sejam, o nível da universalidade, o nível da particularidade e o nível singularidade” (Santos, 2010, p.22).

Assim sendo, a prática social não se revela na sua imediaticidade. O ser social se expressa através de mediações, que relacionam forma e essência, tornando-se necessário desvendadas as próprias formas fenomênicas, como forma de expressão necessárias, gestadas na própria sociedade capitalista, para se apreender o núcleo da prática social (IAMAMOTO, 2008, p.117)

A partir destas considerações, podemos concluir que se a reprodução do real é algo aproximativo, ela não será algo que se “encaixe” a prática, “todavia, a teoria pode ter um caráter prospectivo pode antecipar uma prática” (Santos, 2010, p.21). A teoria é a forma encontrada pelo pensamento de reproduzir o concreto; ela permite ao sujeito conhecer as determinações que compõe a prática. Deste modo, “na prática a teoria só pode ser a mesma” (ibid. p.27).

Embora a prática possua relativa autonomia em relação à teoria, é na prática onde o pensamento se põe. A teoria quer justamente conhecer a realidade, extrair legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há possibilidade de na prática a teoria ser outra.

Cabe-nos, entretanto, compreender o sentido da prática para Marx, visto que a práxis é um elemento central para o autor. “O homem é um ser da práxis, que é um conjunto das objetivações humanas. A práxis supõe o trabalho, este é fundamento daquela, mas não se esgota” (ibid,39). A prática profissional, por sua vez, faz parte desse conjunto de objetivações, é uma forma particular de práxis humana, ou seja, ela é uma manifestação da prática social.

Por fim, a prática profissional orientada por um projeto ético político pode imprimir outra lógica a atuação profissional que não a conservadora ou neo-conservadora, ou ainda pode assumir uma identificação pela prática revolucionária. Mas não tem domínio algum sobre ela. Já que para a Marx a prática revolucionária é de responsabilidade da classe operária, a partir da consciência de classe para si que culminaria no estabelecimento de outra forma de sociabilidade.

3.0 SITUANDO NA PRÁTICA PROFISSIONAL A UNIDADE TEORIA E PRÁTICA NO RECÔNCAVO DA BAHIA.

Neste capítulo situaremos o lugar dos instrumentais técnico-operativos na prática profissional dos assistentes sociais, especificamente, no Sistema único de Assistência Social, - SUAS, a partir dos CRAS, CREAS e Secretaria de Assistência Social, em alguns municípios

do Recôncavo Sul⁴¹: Amargosa⁴², Cachoeira⁴³, Cruz das Almas⁴⁴, Maragogipe⁴⁵, Santo Amaro⁴⁶, São Félix⁴⁷ e apenas São Francisco do Conde⁴⁸ não se insere no Recôncavo, e, sim, faz parte da região metropolitana de Salvador⁴⁹. A intenção é identificar como se expressa a categoria instrumentalidade na prática dos assistentes sociais. Queremos perceber se há articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, bem como perceber se a atuação profissional tem buscado encontrar as mediações postas na realidade social concreta.

Analisaremos os dados da pesquisa documental, baseada na pesquisa de campo no Recôncavo da Bahia acerca dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais da região, realizada na disciplina Instrumental Técnico-Operativo I, ofertada no 5º semestre do curso de Serviço Social da UFRB, 2013-2, pelos discentes, sob a coordenação da docente da disciplina, comportando diferentes áreas de atuação, com destaque às políticas sociais que compõem o tripé da seguridade social no Brasil: saúde, previdência e assistência social. A partir do nosso objeto de estudo, optamos pela assistência social. Delineamos e recortamos o que nos apresenta como questões de fundo para a nossa pesquisa, os instrumentais técnico-operativos na prática profissional dos assistentes sociais, acerca da relação entre teoria e prática.

Nesse sentido, faremos uma breve contextualização para capturarmos as particularidades sócio-históricas que envolvem a relação entre singular e universal, as quais compõem esse território (onde fora realizada a pesquisa), e para que tenhamos a dimensão da importância da categoria instrumentalidade como uma das categorias ontológicas fundamentais para uma intervenção orientada por um projeto ético-político, no qual tem como pressuposto a defesa intransigente dos direitos humanos; entendendo-a, também, como uma possibilidade do devir num espaço que socialmente fora construído por conflitos e interesses.

É importante destacar que devido ao processo histórico de escravidão e de total negação de direitos do povo negro do Recôncavo Sul, assim como o povo da região

⁴¹ A Região do Recôncavo Sul abrange os Municípios de Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo (FONSECA, 2006).

⁴² População Segundo o IBGE: 34.361 hab. (Censo 2010)

⁴³ População Segundo o IBGE: 32.026 hab (Censo 2010).

⁴⁴ População segundo IBGE: 58.606hab (Censo 2010)

⁴⁵ População segundo o IBGE: 42.815 hab (Censo 2010)

⁴⁶ População segundo o IBGE: 75.800 hab (Censo 2010)

⁴⁷ População segundo o IBGE: 14.098 hab (Censo 2010)

⁴⁸ População segundo o IBGE: 33.183 hab (Censo 2010)

⁴⁹ Região Metropolitana de Salvador, que abrange os Municípios de Salvador (capital do Estado), Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz os quais juntamente com o Recôncavo Sul compõem o Recôncavo Baiano (ibid).

metropolitana de Salvador, representada aqui por São Francisco do Conde, existem diversas particularidades, as quais são potencialmente objetos de intervenção, visto as questões que no processo histórico foram “esquecidas” e, conseqüentemente, repercutem na atualidade demandando do poder público ações articuladas. Vale lembrar que:

[...]o uso generalizado da mão-de-obra cativa deu origem no Recôncavo a uma das mais densas populações escravas encontradas em qualquer parte do Brasil. Como se nota na sua introdução, em 1816-17, o número de escravos na região chegou talvez a 89 mil. Esse número permaneceria elevado durante toda a primeira metade do século XIX; em 1872-73, ainda estava entre 72 e 81 mil (BARICKAMAN, 2003, p. 216).

Temos na contemporaneidade esta particularidade que permeia as relações sociais neste território, e “grita” por intervenções que levem em consideração esses processos. O trabalho escravo permeou a economia do Recôncavo baiano logo, não é possível pensar na prática profissional do Serviço Social sem que levemos em consideração essa peculiaridade.

É interessante pontuar que a realidade do Recôncavo não foge à regra da realidade brasileira se considerarmos que a diferença sócio-racial no Brasil é uma das maiores do mundo persistindo desde o período escravocrata e que as questões étnico-raciais são predominantes. O uso generalizado de mão-de-obra escrava é sinônimo do seu próprio processo de constituição tendo em vista que “essa região foi criada pelos interesses de capital mercantil já internacionalizado em busca de meios materiais para expandir-se” (PEDRÃO, 2007, p.09) e isto configura a região enquanto um território predominante constituído de remanescentes de escravos/as.

Desse modo, os municípios da pesquisa: Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Santo Amaro e São Félix enquanto pertencente deste território tem particularidades que são próprios dos seus processos de formação social.

Segundo o que nos apresenta Fonseca (2006)⁵⁰ temos no Recôncavo um quadro panorâmico desafiante. Vejamos o que diz autora sobre alguns fatores que fazem parte desse arranjo, os quais compõem esses desafios:

Em primeiro lugar, uma herança social, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe deixou uma estrutura muito rígida e

⁵⁰ Observa-se que a autora mencionada está preocupada no referido da trabalho, utilizado para consulta, em discutir desenvolvimento local/regional mas podemos nos apropriar de algumas questões levantadas, sobretudo, no que corresponde ao panorama sócio-histórico tratado por ela para tentar localizar as medições imbricadas nesta realidade social.

estéril; em segundo, uma industrialização altamente concentrada e especializada — petróleo e derivados —, totalmente desapoiada por programas de reestruturação regional e de valorização social; e, por fim, determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região as melhores opções de articulação desta com o resto do país (FONSECA, 2006).

A região fora criada a partir de interesses econômicos, formada predominantemente pela cultura do açúcar e, posteriormente, pela indústria fumageira, a ocupação do território ocorreu na vigência do regime das sesmarias inicialmente com a monocultura canavieira, em decorrência disso foi um dos principais polos de produção de açúcar e um dos principais núcleos de povoamento. Segundo Fonseca, a escolha desse território para exploração obedeceu aos critérios de proximidade com Salvador, necessária para o escoamento da produção, e às condições favoráveis do solo, massapê, propícia para essa cultura. A autora afirma também que o

[...]cultivo, solução encontrada pelos colonizadores para efetivar a ocupação permanente da colônia e sua formação econômico-social, baseava-se no sistema de grande lavoura, com alta concentração de terras, mão-de-obra e rendas, e tinha como objetivo a produção de açúcar para a exportação, integrando-se ao sistema capitalista mercantil vigente na época. Estruturou-se a base de um regime senhorial tendo o engenho de açúcar como unidade sócio-econômica e cultural (ibid. p. 59).

A tríade engenho, monocultura e trabalho braçal escravo eram a base de sustentação dessa economia ainda que a regulação do processo produtivo tenham sido realizados pela corte. Para melhor entender a dimensão desse processo trazemos outro autor já citado nesse trabalho, Barickman (2003):

O trabalho escravo prevalecia na agricultura baiana não porque inexistisse uma população livre no campo, mas porque, para os serviços diários da lavoura, os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo não podiam contar com nenhuma oferta confiável de mão-de-obra assalariada voluntária (p. 221).

A abundância de terras davam condições às pessoas livres subsistirem, ainda que de forma precária, sem o controle de um senhorio. Essa autonomia tornava a mão-de-obra volátil e “descomprometida”, só trabalhavam nas fazendas para conseguir o básico e depois abandonavam os serviços. Desse modo, era preferível, segundo esse mesmo autor, alugar escravos do vizinho à pagar a mão de-obra-livre “recorrendo ao braço escravo, senhores de

engenho, lavradores de cana e de fumo e até os roceiros podiam assegurar para si mesmos uma força de trabalho confiável e permanente” (ibid, p. 226). Podemos concluir desse processo que o que deu origem à escravidão foi a produção, ou seja, o sistema econômico garantiu a manutenção da exploração da força de trabalho escravo.

As atividades açucareiras⁵¹ e a indústria fumageira entram em crise, principalmente, no período de retração do tráfico de escravos, e posterior a abolição. Paralelo a indústria fumageira, surge a cultura de subsistência⁵², o que possibilitou outras formas de acumulação capitalista, uma vez que mantinha-se atrelado ao sistema agroexportador, mas também havia um vínculo com outras atividades se salvaguardando das crises cíclicas e garantindo maior sobrevivência na economia do Recôncavo.

Neste solo, à medida que alteravam-se as relações de produção criavam-se novas relações sociais. A medida que cada subsistema agroprodutivo gera uma base fundiária própria, detém uma singularidade que é responsável por desenvolver uma cultura e um modo de viver específico. Então, desse período, derivou-se as marisqueiras, os trabalhadores livres, oleiros, pescadores, o cortador de lenha e piaçava, os moringueiros, os artesãos, os meeiros (despossuídos de terra), as charuteiras (Oliveira, 2000), dentre outras atividades que são comuns nos dias contemporâneos.

Através dessas múltiplas atividades, o Recôncavo manifesta sua diversidade. Para nós o que lhe confere unidade é o tratamento ou a falta deste, ao longo do seu processo histórico, para com os despossuídos, visto que a escravidão se reconfigura e se apresenta na precarização da vida e na negação de direitos. Na contemporaneidade, reificamos o lugar subalterno dos despossuídos à medida que destituímos essas relações sociais do processo histórico que lhes dera origem. As atividades citadas pela a autora aparecem no nosso cotidiano de forma naturalizada, sendo necessário, no entanto, o esforço teórico para compreender as determinações que as conformam de maneira que a unidade teoria e prática é essencial para uma intervenção qualificada.

Não houve um processo de planejamento que objetivasse a reparação dos negros após a abolição da escravatura (1813), de modo que estes ficaram à margem, sem saúde, moradia,

⁵¹ “A primeira crise, entre 1680-1690, coincidiu com a expulsão dos holandeses e o início da produção antilhana, que quebrou o monopólio da produção açucareira brasileira no mercado mundial. Como consequência imediata, verificou-se a queda dos preços, afetando a rentabilidade dos engenhos. A segunda crise, entre 1695-1705, foi determinada pela escassez da mão-de-obra escrava, conseqüente do deslocamento de grande contingente desta população para a exploração das minas de ouro em terras distantes” (FONSECA, 2006, p. 60).

⁵² “[...]as áreas plantadas com a lavoura do fumo não faziam parte do regime plantation, mas coexistiam com as lavouras de subsistência, numa distribuição fundiária com a predominância da pequena propriedade e através de uma forma de produção que comportava o arrendamento e a parceria (ibid, p. 6).

educação e sem condições dignas de reproduzir-se socialmente. “É possível perceber o saldo negativo da herança escravista, haja vista que a grande massa da população negra residente na zona urbana, muitas vezes vive em localidades ilegais e/ou de difícil acesso” (BRITO, 2010, p.03). E, ademais, com os piores índices escolares, a maior população carcerária esse processo reflete-se na atualidade e exige que os atores sociais os (re)conheça, identifique e aproprie-se das demandas sociais oriundas desse movimento histórico articulando ações interventivas que atendam efetivamente ao conjunto da população.

Não estamos imputando aos assistentes sociais a “missão” de garantir o acesso aos direitos a uma população historicamente esquecida. Entretanto, faz-se necessário conhecer as mediações presentes na realidade, posto que a “realidade social e cultural provoca e questiona os assistentes sociais na formulação de respostas” (Iamamoto, 2009, p.58). Assim sendo, é necessário conhecer a realidade para ampliar as alternativas e, conseqüentemente, o grau de liberdade de escolha numa articulação entre a unidade teoria e prática, uma vez que são indissociáveis.

3.1 O Sistema Único de Assistência Social no Recôncavo: uma análise necessária

Historicamente, a Assistência Social é construída a partir da ausência da concepção de acesso aos direitos e cidadania, ao contrário, foi sempre permeada pela errônea caracterização de fonte de caridade. O acesso à mesma só se dava com a “severa” comprovação, leia-se testes de meio, é o que Teixeira (1989) atribui de cidadania invertida, isto é, a obrigação de o beneficiário comprovar sua extrema miserabilidade. É a partir da sua inserção na Seguridade Social, prevista na Constituição de 1988, que se inaugura uma nova concepção, alçada na provisão de direitos sociais e cidadania.

É interessante elucidar que sua institucionalização contribui para dissociar a política de Assistência Social do campo dos “necessitados”, ou seja, constituindo uma proteção social de caráter não contributivo e Universal, e não apenas voltada para a atenção de um público específico, os pobres, pois segundo Sposati (2009):

Novos desafios surgiram e ainda estão presentes. Especificar área de atuação para a assistência social significa romper com a hegemônica concepção de que é uma política de atenção aos pobres, aos

necessitados sociais, aos frágeis e carentes. Esse modo de ver contém em si uma manifestação que aparta um segmento da população, recorta os cidadãos por níveis de renda e separa aqueles de baixa renda confinando-os em um aparato específico, como se suas necessidades fossem diversas daquelas do cidadão brasileiro (SPOSATI, 2009, p. 14).

Dessa forma, a nova concepção da Assistência Social se relaciona à história inserida no marco da realidade brasileira, considerando os diversos dilemas, dificuldades e **vicissitudes**⁵³ da vida em sociedade.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é expressão dessa institucionalização, e se constitui como o resultado de um longo processo histórico, distanciando as “ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e de entidades assistenciais” (BRASIL, 2008). Estas ações que se desenvolviam de modo pontual, e não consideravam as particularidades de cada estado e município. Anterior ao estabelecimento do SUAS, essas ações eram desenvolvidas por instituições filantrópicas e entidades sociais operacionalizando, o que a bibliografia especializada de que trata sobre a assistência social chama de “não-políticas” padronizadas.

Estas entidades filantrópicas, beneficentes, obras sociais, dentre outras, dessa mesma natureza, executavam os programas através dos convênios estabelecidos com o Estado. A relação era mediada pela concepção do favor e pelo clientelismo. Posteriormente, os estudiosos/as da Assistência Social chamaram de **assistencialismo**⁵⁴; este, pois, “configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura brasileira. Esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como *não política* [grifo das autoras], renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, p. 55, 2012).

Embora o processo de “assistência” exista no Brasil desde o Brasil Colônia, ainda que numa perspectiva assistencialista e de caridade como já mencionado, é a partir do status de **direito** inaugurado a partir da Carta Magna que foi possível refletir sobre o campo da Assistência Social e ampliar a produção de conhecimento, pois “exigiu também redefinições legais, teóricas e filosóficas, que lhe configuram paradigma próprio, antes inexistente, e contribuíram para a ampliação do catálogo de direitos no país” (POTYARA, 2007, p. 65).

⁵³ Ver *Política Nacional de Assistência Social*. (BRASIL, 2004)

⁵⁴ O assistencialismo é uma das atividades sociais que, historicamente, as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração” (ALAYON, 1995, p.48).

Na Constituição Federal de 1988, criou-se a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em 1993 – outro importante instrumento que irá orientar e organizar a política de Assistência Social no Brasil. Há neste dispositivo, um esforço de articulação das políticas socioassistenciais que vinham, ao longo do tempo, ocorrendo de modo fragmentado. “A LOAS inovou ao apresentar novo desenho para a política de Assistência Social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo [...] inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p.56).

Vele ponderarmos que estes marcos ocorrem entre avanços e retrocessos. Um exemplo evidente disto é o Programa Comunidade Solidária instituído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, após a promulgação da LOAS. O então Presidente da República coloca este programa como fundamental para o enfrentamento da pobreza, ignora todo o processo de luta em prol da materialização da Lei Orgânica de Assistência Social, e gerencia as políticas assistenciais de maneira fragmentada, configurando-se, desse modo, num retrocesso⁵⁵.

Nesse cenário e numa conjuntura nada favorável de reajuste neoliberal, “de redução dos órgãos estatais, desgaste da burocracia pública, cortes nos gastos sociais, privatização de empresas e serviços públicos, restrição e implosão da legitimidade dos direitos e da esfera pública” (BRASIL, 2008), que a Assistência Social vem tentando se consolidar enquanto política pública. Dessa forma, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), com a NOB/SUAS (2006) – resultado dos diversos debates que ocorre no Brasil e da IV Conferência Nacional de Assistência Social – representam essa tentativa de avanço⁵⁶.

A PNAS detalha o papel de cada ente federado na efetivação da política de Assistência Social e apresenta a proposta de gestão descentralizada, o financiamento de forma tripartite, as conferências para avaliação e proposição, as comissões compartilhadas, e os conselhos que se caracterizam como exemplos do modelo de descentralização. Além de reconhecer as

⁵⁵ Neste período, os investimentos “governamentais nessa área foram ínfimos, ao ponto de, em 1995, o Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) ter denunciado o descaso do governo Fernando Henrique Cardoso com as demais políticas sociais” (COUTO, 2010, p.149).

⁵⁶ A PNAS e a NOB/SUAS cria e define melhor as diretrizes para a operacionalização das políticas, reafirma os princípios da LOAS bem como retoma o debate sobre “a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social” (BRASIL, 2008, p.18).

demandas setoriais, “significando considerar as desigualdades socioterritoriais” (BRASIL, 2004, p. 5), propõe a regulamentação dos artigos 2º e 3º da LOAS, “para que se identifiquem as ações de responsabilidade direta da assistência social e as [de] coresponsabilidade” (BRASIL, 2004, p. 6, grifo nosso). Ressalta também o processo de avaliação, monitoramento e informação como fundamentais para a Política de Assistência social. Em síntese, é a PNAS que estrutura, orienta e define os papéis para implementação do SUAS no Brasil.

No que se relaciona a implementação da Política de Assistência Social, consideramos um avanço o reconhecimento das particularidades regionais e territoriais. Nesse sentido, leve-se em conta o contexto histórico da região/município; reconhece as peculiaridades as quais os constituem e as desigualdades socioterritoriais, bem como “seus determinantes socioeconômicos, ideopolíticos e culturais que explicita parte de suas demandas relativas às necessidades sociais” (SILVEIRA, 2007, p.67-8). Assim, a **territorialização** é um elemento orientador de sua implantação, desse modo o

Território implica leitura crítica dos territórios vividos, contemplando elementos como: indicadores sociais cruzados, diagnósticos e estudos, mapeamento da cobertura da rede sociassistencial, definição de ordenamentos necessários que resultam em ação direta nas áreas de abrangência (ibid, 2007, p.67).

Faz-se importante conhecer o território sob o qual se operacionaliza a política de assistência social, buscando garantir respostas às demandas coletivas, superando o atendimento segmentado e pontual e às demandas espontâneas. “Superá-la é percebê-la, percebendo-se a si e ao real que se é inscrito, num permanente questionamento dos modos de ser/agir”(BATTINI, 2007, p. 11). Ou seja, para se chegar ao real é preciso perceber as demandas as quais os usuários/as conseguiram elaborar enquanto fenomênicas, uma representação social do concreto que necessita ser desvendado, ou seja: “atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, detalhes, de elementos, de particularidades, captadas numa totalidade” (SANTOS, 2010, p. 21). Para isto, recorreremos à dimensão investigativa do Serviço Social para não cairmos no pragmatismo, desenvolvendo ações “sem intencionalidade e clareza da finalidade” (FRAGA, 2010, p. 41),

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das

atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2009, p.55-56)

Sublinhamos a relevância de compreendermos o lugar da espontaneidade/imediaticidade no processo de materialização e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Todavia, é necessário compreendermos que “a imediaticidade é a categoria reflexiva que orienta a prática profissional quando o nível de consciência do assistente social atém-se à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento” (COELHO, 2010, p.25). Ou seja, é “o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente do cotidiano e a atmosfera comum da vida humana [...], assumindo um aspecto independente e natural; constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*” (KOSÍK, 1976, p. 11, grifo do autor).

No âmbito do SUAS, em sua dimensão imediata, a assistência social “é concebida como espaço de resposta às necessidades e aos carecimentos de segmentos sociais e de trabalhadores, os quais não vêm tendo respeitadas as suas condições de cidadania plena” (BATTINI, 2007, p.11). Ao mesmo tempo, se apresenta importante quando do atendimento da necessidade, porque é o ponto de partida para se chegar às determinações da totalidade, “sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSÍK, 1976, p.12). Assim, “o imediato é constitutivo e constituinte do movimento dialético” (COELHO, 2010, p.30), e a totalidade é “a síntese de muitas determinações” (MARX, 1984 apud: SANTOS, 2010, p. 18), as quais demandam dos profissionais conhecê-las em seus múltiplos aspectos. “Conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para construir coletivamente alternativas para o seu enfrentamento” (FRAGA, 2010, p.45).

Além de conhecer a realidade na qual se insere, é preciso problematizar, organizar e analisar as informações na constante busca da “essência” do fenômeno. “A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social” (Abepss, 1996, p.67). Todavia, o conhecimento da realidade concreta é sempre aproximativo, pois a dinamicidade da realidade faz com que o processo de investigação seja “constante para se apreender o maior número de determinações possíveis, a fim de que o sujeito (a razão) se aproxime cada vez mais do objeto (a ser conhecido)” (SANTOS, 2010, p.21).

É necessário se colocar numa postura sempre indagativa no intuito de compreender e captar a essência dos fenômenos sociais. Para que haja a desocultação da “coisa em si”, deve-se ter uma consciência de que, para além da demanda que o sujeito conseguiu elaborar e apresentar, existem inúmeras outras questões para serem desvendadas. Coloca-se em suspensão a realidade, tal como lhe aparece, questiona-se a respeito, busca-se compreender as conexões que coexistem e almeja-se chegar à concreticidade dos fenômenos. Ou seja, isto é que Kosík (1976) denomina de quebra da pseudoconcreticidade que “é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade” (KOSÍK, 1976, p.19).

Portanto, usemos ir além do que está posto considerando a complexidade das diversas expressões da questão social, criando mecanismos que sejam capazes de identificá-las e de desvendá-las, possibilitando ao profissional o agir teleológico, ou seja, “a passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade; a passagem da finalidade ideal à finalidade real” (idem, p. 55). Assim:

toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em **instrumentos/meios** para o alcance de suas **finalidades** (GUERRA, 2007, p. 03, grifo nosso).

Então, para dar conta dos desafios postos ao Serviço Social há que se estabelecer as **finalidades**, ou seja, os objetivos, e escolher os **meios** que farão parte do processo de trabalho do profissional de Serviço Social, pois:

A teleologia necessita da **definição dos fins** – o que implica na dimensão ético-política – e da **escolha** dos meios – o que implica, também uma dimensão técnico-operativa –, sendo que a dimensão teórica influencia tanto as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana (SANTOS, 2010, p.57, grifo nosso).

O conhecimento dos determinantes da realidade social subsidiará os profissionais na escolha dos meios, os instrumentos, para contribuir na materialidade ao SUAS. O processo de escolha dos instrumentais que contribuirá na efetivação da política de assistência social perpassa o campo da ética. Esta é a responsável por buscar as fundamentações dos valores que orientam as condutas humanas. Desse modo, ao elegermos os meios pelos quais se dará o processo de trabalho, o Assistente Social está impulsionado pelo dever ser e pelos valores, ou seja, no que **deve fazer**, como **deverá ser** a conduta, as escolhas, ainda que limitadas, os

posicionamentos políticos. Para escolhermos os fins e os meios há que se compreender o lugar do agir consciente, uma reflexão acerca das ações, e, nisto, se fundamenta a dimensão ética da profissão.

A escolha dos instrumentais que serão partes constitutivas do processo de trabalho do assistente social irá ou não “possibilitar o atendimento das demandas, e o alcance de objetivos (profissionais e sociais), [ao mesmo tempo em que] constitui-se numa **condição** concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 2007, p. 01, grifo nosso). O processo de trabalho é dotado de um conjunto de atividades prático-reflexivas, as quais estão orientadas por uma finalidade, e, ao mesmo tempo, em que intervém para alterar, em alguma medida, a realidade, transforma o seu modo de ser/agir, e ganha legitimidade. Ou seja,

na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2007, p.02).

A perspectiva teórica a qual orienta o exercício profissional tende a apresentar-se nos instrumentais criados e/ou utilizados em seu processo de trabalho. Muito embora o referencial teórico não resulte, de imediato, em instrumentais, procedimentos e técnicas “é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação” (SANTOS, 2010, p.05), de maneira que

A teoria empresta a prática o conhecimento da realidade, a qual é o objeto de transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização, os quais permitem a transformação [...] contribui com o redimensionamento dos instrumentos ao oferecer a forma de tratá-los, as estratégias e as abordagens (ibid, p. 83).

Assim, podemos utilizar quaisquer instrumentos, técnicas, metodologias de intervenção conquanto que tais instrumentais tenham coerência com o método que orienta a prática profissional do Assistente Social. Os instrumentais são partícipes do processo de mapeamento das demandas, o qual faz parte de um todo complexificado que, ao ser desvendado, irá subsidiar o Serviço Social na elaboração de propostas intersectorializadas. Estas propostas precisam ser capazes de darem conta da realidade social problematizada, captada através do esforço teórico, prático e técnico, e que ao mesmo tempo, seja inescapável

a reflexão que enseja na escolha que forje a luta pela materialização do projeto ético-político da profissão.

3.2.1. RESULTADOS DA PESQUISA

As discussões realizadas até o presente momento serão subsídios para análise dos dados obtidos com a pesquisa documental. Quanto a análise documental nos apropriamos daquilo que nos será fundamental para problematizarmos a relação teoria e prática, e o lugar dos instrumentais técnicos-operativos na prática profissional a saber: o sentido da prática e da teoria para os profissionais do Serviço Social, e a da teoria e prática no exercício profissional; prática profissional e projeto ético-político do Serviço Social.

Os documentos analisados contém entrevistas realizadas nos seguintes espaços sócio-ocupacionais: Secretaria de Assistência Social, CRAS e CREAS das cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e São Francisco do Conde. Foi realizado o estudo de oito entrevistas, bem como a análise de algumas considerações dos discentes a respeito desse trabalho.

Como já dissemos, optamos por chamar as assistentes sociais pelos nomes de Margarida Alves, Clara Marighella, Iara Ilvalberg, Ana Mércia, Aurora Maria, Rose Nogueira, Dulce Maia e Nilda Carvalho pelos motivos já justificados anteriormente, tendo em vista que período ditatorial brasileiro representou um marco no interior do Serviço Social, tendo em vista que este se desenvolve, se profissionaliza e amplia suas áreas de abrangência no período mais autocrático do Brasil. Não por acaso, faz parte da estratégia do Estado para se legitimar junto à sociedade e arrefecer as diversas manifestações das classes subalternizadas frente as expressões da *questão social*.

A homenagem a estas mulheres se coloca no sentido de convidá-lo a uma prática que intencione a ruptura, e se coloque contrário a ofensiva conservadora e neo-conservadora que permeia a profissão como um “assombro”. É um convite à reflexão: onde está a raiz da questão? Em que se constitui a lacuna no entendimento da unidade teoria e prática? Nosso intuito é fazer uma aproximação de forma crítica reflexiva com as questões aqui colocadas. Desse modo, não é nossa intenção responder a estas indagações, antes porém, intencionamos suscitar mais problematizações.

Outra questão a ser pontuada é a seguinte: embora os nomes não correspondam com a identidade das assistentes sociais entrevistadas para evitar que haja reconhecimento vinculadas às profissionais/municípios, escolhemos não mencionar os municípios durante a análise do material. Quando necessário nos reportaremos aos nomes/espaço sócio-ocupacional.

3.2.3. A CONTRADIÇÃO ENTRE OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO SUAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Iniciaremos a análise com uma observação que consideramos pertinente, qual seja, todas as entrevistas foram realizadas com assistentes sociais do sexo feminino. Isto revela-nos que o quadro sócio-histórico tem permeando ao longo do anos, ou seja, ainda é predominante a presença de mulheres no curso de Serviço Social.⁵⁷

A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional no país. O que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação minoritária no conjunto da categoria profissional no país. Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 104).

Em decorrência da imagem socialmente gestada no interior dessa sociedade, a profissão encontra dificuldades de se estabelecer enquanto construtora, elaboradora de propostas/políticas. Segundo Montaño (2009), O Serviço Social não é visto como uma profissão que toma as decisões e participa “produtivamente” na divisão do trabalho, definindo objetivos gerais ou o desenho de suas ações, de forma autônoma, decidindo os recursos a empregar (embora faça uma ressalva para alguns profissionais que atuam no esfera da elaboração). Ao contrário, devido ao papel que as sociedades “patriarcais” atribuem as

⁵⁷ Vejamos o exemplo dos Formandos em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 2013-2014: Primeira turma de Serviço Social: 92% mulheres e 8% homens; segunda turma de Serviço Social: 93% mulheres e 7% homens e terceira turma de Serviço Social (em vigência): 95% mulheres e 5% homens (Fonte: Ata de colação de grau do Colegiado de Serviço Social da UFRB).

mulheres, o Serviço Social é tido “como profissão que executa as decisões dos outros [...], que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.)” (Montaño, 2009, p. 101).

Afirmção referente ao lugar de subalternidade do Serviço Social se expressa na seguinte fala:

Aqui no CRAS trabalhamos diretamente com a política de assistência, o que deveria ser uma prática horizontalizada. O que acontece é que nós assistentes sociais da área de assistência dependemos de outras instâncias, dependemos da secretaria de assistência social do município e dos coordenadores do CRAS para a intervenção propriamente dita, para a efetivação do nosso trabalho. Também seguimos um padrão estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que como já disse, perpassa pela secretaria e só depois chega ao CRAS (MARGARIDA ALVES).

Nesse espaço sócio-ocupacional, especificamente, expressa de forma contundente que o profissional de Serviço Social encontra-se limitado à execução da política, contrariando inclusive a prerrogativa da NOB/RH a qual dispõe sobre os princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, garantindo a realização e a participação dos profissionais do SUAS no planejamento estratégico. Essa situação (re)coloca o caráter meramente executor de serviços sociais. Segundo Iamamoto (2011):

A consideração do Assistente Social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente. Coloca de frente indagações como: a quem vem efetivamente servindo esse profissional, que interesses reproduz, quais as possibilidades de estar a serviço dos setores majoritários da população? (p.95, in: IAMAMOTO E CARVALHO).

Além disso, o caráter feminino da profissão é um dos elementos de subalternidade do Serviço Social, visto que a sua inserção na sociedade patriarcalista é marcada pelo machismo que cria estigmas e estereótipos em torno da mulher, incorporando a ideia da mulher educada e educadora, ou seja, o Serviço Social representa uma “extensão profissionalizante de seu “papel na sociedade”” (Iamamoto, 2008, p. 49). Esta autora afirma ainda que o assistente social é convocado:

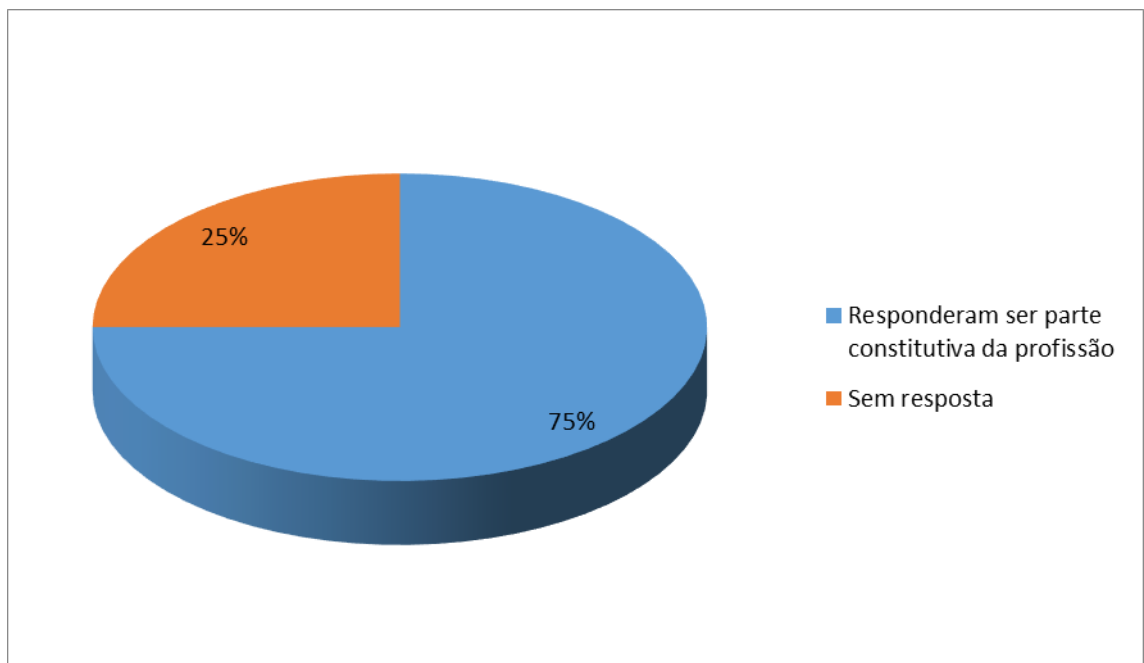
[...] pelas suas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, sobre os segmentos

desta que formam a “clientela” das instituições que desenvolvem “programas sócio-assistenciais”. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como *o profissional da coerção e do consenso*, cuja a ação recai no campo político (Ibid. 42, grifo da autora).

Embora as atividades socioeducativas não lhes sejam exclusivas, aparecem no Serviço Social com maior intensidade por duas razões, uma pelo caráter sócio-assistencial da profissão, e a outra pelas peculiaridades que lhes conformam.

A pesquisa documental demonstrou que 75% das assistentes sociais entrevistadas mencionaram o trabalho socioeducativo como parte constitutiva do seu processo de trabalho

Gráfico 1 Sobre o trabalho socioeducativo no Serviço Social



Das entrevistadas elegemos três para darmos voz a nossa análise. A Assistente Social Aurora Maria, trabalhadora do CRAS, diz: “como prática, o profissional deve realizar suas atividades através da orientação do indivíduo, sua família e a sua comunidade”. Coadunando com essa assertiva, a Assistente do CREAS ao informar suas principais atribuições nesse espaço sócio-ocupacional, sinaliza que “promover abordagem junto aos usuários de forma a esclarecê-los quanto à natureza da intervenção no tocante a proteção social” (Rosa Nogueira) faz parte do seu processo de trabalho.

Nestas atividades, a intervenção profissional assume o seu caráter ideológico. Aurora e Rosa demonstram que o seu fazer profissional se direciona no sentido de esclarecer a

população quanto aos seus direitos e ao mesmo tempo informando aos usuários sobre a contrapartida para o acesso ao direito. Neste sentido, afirma Iamamoto: “sua atuação se dirigirá no sentido de uma ação esclarecedora à população quanto aos direitos e serviços propiciados pelas instituições, e dos mecanismos necessários à sua realização” (Iamamoto, 2008, p.101).

Isto significa também que há deveres a serem cumpridos para a utilização dos serviços. O esclarecimento é necessário, pois os usuários atendidos nessas instituições, historicamente, não participam do seu processo de constituição, muito embora, tenhamos obtido alguns avanços com a criação das conferências, enquanto um espaço de diálogo e participação, ainda há um longo caminho, rumo ao fortalecimento e consolidação deste espaço.

Os grupos de convivência que ocorrem nos CRAS's são espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, e, isto, se evidencia no relato a seguir: a Assistente Social, Iara Ilvalberg, relatou que desenvolve atividades com jovens entre quinze e dezessete anos que estão no Programa Nacional de Inclusão do Jovens (Projovem); realiza atividades com idosos através do grupo de convivência para idosos; com o grupo de gestantes e com usuários em descumprimentos com as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para Eiras (2012, in: Santos; Backx; Guerra), a participação e o envolvimento dos usuários nesse trabalho precisam ser construídos, pois a obrigatoriedade da participação, pelo receio de não poder utilizar os serviços pode levar ao não reconhecimento da importância dessas atividades.

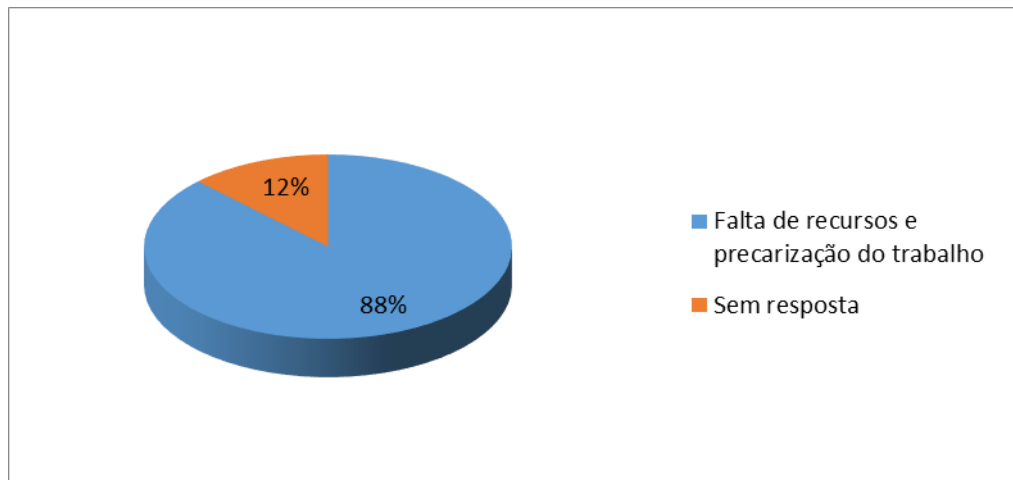
Há que se considerar que se as atividades sócio-assistenciais são uma particularidade da intervenção profissional, a linguagem é o principal instrumento de trabalho do Assistente Social. Nesse sentido, é que se expressará a dimensão pedagógica da atuação profissional (Iamamoto, 2008). “Os assistentes sociais têm acesso privilegiado às condições de vida, à inserção real dos usuários, ao modo como eles comunicam as suas estratégias de sobrevivência e como explicitam suas “carências” e suas possibilidades de atuação” (Eiras, 2012, p. 134 in: Santos; Backx; Guerra).

A opção ético-política poderá determinar estratégias de trabalho que reifiquem as mediações dadas na realidade cotidiana, fortalecendo a ideia de participação via obrigatoriedade, e partindo do entendimento da integração dos usuários na sociedade. Ou poderão se gestar projetos que fortaleçam o segmento da classe da trabalhadora usuários dos

serviços sociais, compreendendo-os nas suas singularidades, e entendo as estratégias de sobrevivência frente a histórica negação de direitos.

Quanto aos desafios de atuação profissional no SUAS, das oito entrevistadas, sete disseram que a falta de recursos e a precarização do trabalho é um elemento de entrave para a prática profissional

Gráfico 2 Desafios identificados pelos Assistentes Sociais



Vejamos a seguir:

A limitação são aquelas que fazem parte das limitações da assistência: que são limites de recursos, acaba-se trabalhando com o mínimo de recursos possíveis, acaba tendo que se virar com papel e caneta. Assim se trabalha com o mínimo de recursos materiais, mas os espaços de diálogos são grandes (Clara Marighella)

Precarização do vínculo empregatício, baixos salários, infra-estrutura não condizente com a demanda, falta de uma rede de serviços sociais, correlação de forças, falta de capacitação permanente (Aurora Maria).

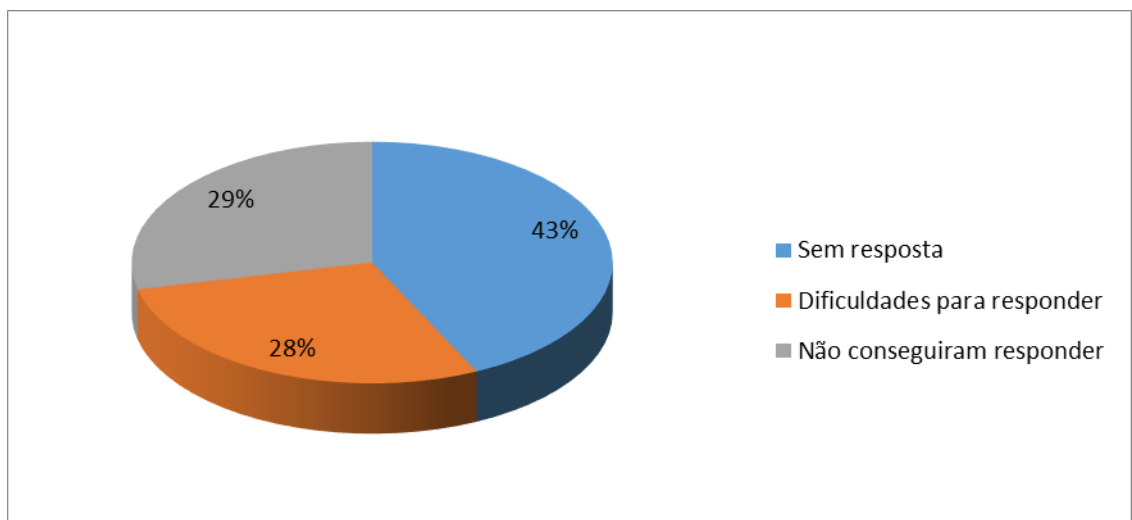
Mais uma vez as declarações das Assistentes Sociais revelam que do ponto de vista da efetividade, a realidade tem se mostrado contrária ao que preconiza a NOB/RH 2013, pois esta coloca a valorização do profissional, infra-estrutura adequada e capacitação permanente enquanto uma obrigação da Assistência Social. Assim, pontua Eiras (2012, in: Santos; Backx; Guerra):

Embora o equipamento CRAS esteja vinculado à implementação da Política Nacional de Assistência Social, sendo uma possibilidade aberta de acesso e talvez de garantia dos direitos sociassistenciais, como a efetivação do acesso à assistência social a quem dela necessitar, ele enfrenta dificuldades para cumprir essa destinação (p.130).

Quanto ao jogo de correlação de forças, podemos inferir que o nosso papel é tensioná-lo no sentido da intenção de ruptura com a consciência de que a mudança, a transformação não está nas nossas mãos. Contudo, concordando com Faleiros (2009), o Assistente Social é também um ator, portanto, também é uma força no jogo das correlações. Concluímos dessa assertiva que a linha entre o fatalismo e o messianismo é tênue portanto é necessário ter clareza do significado sócio-histórico da profissão bem como da suas heranças ideo-culturais e ideo-políticas e práticas-doutrinárias para ampliar as possibilidades.

Sobre as possibilidades de atuação profissional no SUAS 43% das entrevistadas tiveram dificuldades de responderem e 29% não responderam.

Gráfico 3 Possibilidades de atuação no SUAS



As respostas se resumiram a: “a possibilidade é o projeto ético-político”; “aumento de verbas que permitam a execução de projetos”. Das que conseguiram ser mais diretas na resposta respondera: “autonomia relativa como um campo de possibilidades para atuação” (Aurora Maria) e:

Possibilidades: são muitas, pois se trabalha com todas as áreas; a questão da mulher, o direito da criança e do adolescente, questão do idoso, questão da

peessoa com deficiência [...] Tem assistente social que ainda diz que não tem nada pra fazer. Como assim não tem nada pra fazer? Tem pobreza? Tem desigualdade? Tem contradição? Tem questão social? Tem o que fazer. E há pessoas que acham que não tem (Clara Marighella).

O que as assistentes sociais revelam com a dificuldade de falar das possibilidades é resultado do descompasso entre teoria e prática a luz do materialismo histórico dialético fazendo com que as profissionais não consigam superar a realidade caótica isto tem levado os profissionais a permanecerem no imediatismo sem fim terminam por fazer parte da “política de apagar incêndios” como veremos mais adiante na análise da teoria e prática.

Como dissemos em análise anterior, a linha entre o messianismo e fatalismo é tênue. Clara Marighella traz duas questões bem emblemáticas em sua fala. Uma é o posicionamento de um/a profissional que diante dos desafios assume uma postura fatalista em que nada é possível de ser realizado e a outra é a de um profissional que ver nos desafios as possibilidades de transformação. A questão a ser considerada é que é necessário levar em conta as condições objetivas de efetivação de tais possibilidades por uma questão óbvia: vai-se promover a transformação da realidade com “papel e caneta”? O leitor poderá afirmar ‘ironicamente’ que “o papel e a caneta” permite realizar “encaminhamentos”, aí nós perguntaremos: vai encaminhar para onde, se falta “uma rede de serviços sociais” como afirma Aurora Maria?

Não queremos afirmar com isso que não há possibilidades diante dos desafios, estamos querendo alertar apenas para que tenhamos uma prática consciente no sentido teleológico, estabelecendo as finalidades e definindo os meios tendo em vista que nessa sociabilidade burguesa não se é possível, concordando com Santos (2010), termos uma prática revolucionária dada as condições objetivas do espaço sócio-ocupacional em que atuamos. Antes, porém, podemos ter uma prática progressista visando a sua superação. E nisto concordamos com Aurora Maria a autonomia relativa pode ter uma potencialidade para imprimir uma outra lógica a prática profissional, a lógica da intenção de ruptura.

3.2.3 TEORIA E PRÁTICA: A MATERIALIDADE DESSA RELAÇÃO NOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS OPERATIVOS.

A partir dos dados obtidos pudemos perceber que há um claro descompasso entre teoria e prática à luz do materialismo histórico dialético na atuação profissional das

entrevistadas. Segundo Santos (2010) há uma clara dificuldade de apreensão da relação teoria e prática e dificuldade também de articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional. Isto se evidenciará nas assertivas as quais analisaremos neste trabalho.

Nesse primeiro momento demonstraremos o equívoco quanto ao entendimento da teoria e prática no que se refere o entendimento da primeira como “algo que oferece os procedimentos para a intervenção, ou seja, da teoria se retira, também de forma imediata, instrumentos próprios a ela. Quanto a unidade teoria e prática vejamos primeiramente essas colocações:

Uma alimenta a outra, a teoria embasa a prática, que tipo de metodologia usar nessa prática. Se você dá um atendimento individual, você vai utilizar o que aprendeu na teoria para realizar na prática. Algumas pessoas falam que o que o assistente social faz, todo mundo pode fazer, mas o assistente social é um profissional que tem embasamento teórico (Rosa Nogueira).

A prática é o fazer profissional e a teoria é o respaldo para a prática, ambas devem estar correlacionadas, porém é um desafio que requer reflexão crítica cotidiana (Ana Mércia).

Na afirmação de Rosa Nogueira está evidente o entendimento em que da teoria deriva-se os procedimentos. Segundo Santos (2010) um referencial teórico é condição necessária para a escolha dos instrumentos adequados à intervenção mas não deriva de imediato em instrumentos e técnicas para a intervenção. Ao desvelar as mediações colocadas à realidade, necessárias à passagem da teoria à prática, o referencial teórico oferece subsídios para a intervenção.

A declaração de Ana Mércia parte da concepção reducionista da prática como prática profissional o que significa dizer uma prática reduzida a aplicação de instrumentos e técnicas. Esse pensamento é consoante à racionalidade formal-abstrata que separa o conhecimento em teoria e prática sem considerar a unidade na diferença. As afirmações abaixo estão convergindo nesta mesma direção:

Teoria é o processo de produção de conhecimentos e aprendizado do Serviço Social e prática é a aplicação dos conhecimentos e instrumentos operacionais visto na teoria (Aurora Maria).

Teoria é o nosso embasamento teórico, aquilo que norteia nosso fazer profissional. Prática é o nosso fazer profissional, o dia a dia. Durante meu

trabalho busco sempre a teoria para nortear a prática em algumas situações somos julgadas por proceder assim, pois muitos não entendem da política de assistência social e querem resolver a situação baseado no senso comum (Nilda Carvalho).

Nas duas afirmativas a teoria aparece como “encaixe” na prática. Segundo Guerra (2011) O Serviço Social historicamente desenvolve instrumentos e técnicas para atender as exigências que lhes são impostas dado sua condição de inserção na divisão social (e técnica) do trabalho respaldado por a racionalidade burguesa. Esta racionalidade é a responsável por separar a teoria – logo a academia será o âmbito exclusivo de produção do conhecimento – da prática locus da aplicação dos conhecimentos produzidos na academia. A razão instrumental durante muito tempo orientou a atuação profissional principalmente no seu processo de institucionalização tendo em vista a necessidade de romper com o tradicionalismo e ressignificar a intervenção profissional.

A razão instrumental se expressa também na ações fragmentadas, pontuais e no espontaneísmo, práticas burocratizadas e integralizadora. Nesse sentido, a prática profissional ocorre de forma imediatista ou seja, a emergência irá “cobrar” do profissional as respostas para as demandas mesmo que isto signifique apenas realizar encaminhamentos. Segundo Coelho (2008) “trata-se de uma prática profissional que se atém as respostas, às demandas sociais cotidianas requeridas pelos usuários e pela instituição, destacando a forma em detrimento do conteúdo, ao qual prevalece o emergencial” (p.80). Dessa forma, o que estamos encontrando na realidade contemporânea é uma retomada do conservadorismo.

As declarações seguintes irão dirigir-se à retomada do conservadorismo no sentido de superdimensionar a prática profissional ou seja aqui despreza-se qualquer capacidade da teoria em relação a prática. Aqui está implícito também que a teoria social de Marx não instrumentaliza para a prática. Para Dulce Maia “teoria é o que tá na lei, tá tudo bonitinho, os direitos das pessoas tudo direitinho, só que quando chega na prática é complicado porque não tem como fazer”. Para esta assistente social além de haver uma distância entre teoria e prática ela ainda comete outro equívoco: considerar as legislações, regulamentações enquanto conhecimento teórico.

Segundo o documento consultado a Dulce Maia afirmou ainda que a prática do assistente social pode ser meramente executada por qualquer pessoa, pois ela mesma nem precisava do Curso, pois já atuava como voluntária e mesmo sem concluir a formação já sabia tudo que um profissional faz.

A concepção que a Assistente Social demonstra ter do Serviço Social é baseada no entendimento do Serviço Social orientado ainda pelas suas “proformas” com práticas filantrópicas e caritativas está expressa na frase “atuava como voluntária” não há compreensão portanto do Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho.

A Assistente Social Iara Ilvalberg⁵⁸ entende prática como:

Tudo aquilo que é feito com o usuário desde o momento em que ele necessita dos serviços até a sua emancipação, a prática é constante necessitando que o profissional a cada dia se recicle. A teoria é ver no papel uma coisa boa e bonita, quando chega uma política é preciso saber onde encaixar os indivíduos [...]. Teoria é tudo o que está previsto nas políticas sociais para a melhoria da vida dos usuários e que não pode ser realizado por excesso de burocracias ou falta de recursos de toda ordem.

[...]

A formação foi importante porém não aprendeu nada sobre a prática, aprendeu depois. Para ela, segundo a pesquisa consultada, a formação universitária precisa de mais prática, pois a teoria não ensina como fazer para executar as ações e efetivar direitos. Enfatizou que a teoria não é suficiente pois não estuda os instrumentais (Iara Ilvaberg, apontamento realizado pelos discentes).

Novamente aqui, a teoria é confundida com as normativas e regulamentações de políticas sociais além de ser entendida como encaixe para a prática, nestas afirmações estão expressas também sua reivindicação para o “como fazer”. Segundo Santos (2010), um caminho para não cair no tecnicismo passa pelo esclarecimento da relação teoria e prática e por um nivelamento e da articulação entre as três dimensões da intervenção do Assistente Social, as dimensões: ética-política, teórico-metodológica e ético-político. É importante, para esse trabalho, ressaltar que a prática social é diferente da prática profissional. A prática profissional faz parte do conjunto das objetivações humanas, desta maneira compõe a práxis social. Nessas últimas assertivas está consagrada a afirmativa de que na prática a teoria é outra.

Outra concepção muito difundida, sobretudo após o movimento de reconceituação é a de que o conhecimento da realidade e o conhecimento teórico por si só já instrumentalizam para a prática. Vamos analisar as falas a seguir:

Prática é essência de como direcionamos a teoria, expressa toda a fundamentação que temos, por exemplo tudo aquilo que a gente se

⁵⁸ Segundo o documento consultado, a Assistente Social citou várias vezes a Yolanda Guerra durante a entrevista mas quando questionada sobre qual livro estava se referindo ela respondeu que não sabia e que tinha pegado as informações na internet quando soube sob qual assunto se tratava a entrevista.

fundamentou é uma forma de materializar tudo isso, então a gente materializa através de nossas ações, através de nossa prática profissional que acaba sendo direcionada ou não. No caso a profissional afirma que assume o compromisso com o projeto ético-político da profissão, então tenta o tempo todo policiar a prática, para que a prática esteja direcionada para os interesses da classe trabalhadora, sendo então uma prática que caminhe para a construção de uma outra ordem social, tenta então caminhar, assumir esse papel, esse compromisso com esse projeto e assumir que a prática tenha esse direcionamento que ela materialize essa teoria sobre o socialismo, sobre a teoria marxista, sobre a luta de classe mesmo, sendo necessário materializar ela expor da melhor forma. Assim deseja que as suas ações estejam nessa direção, o que tenta (Clara Marighella)

Clara Marighella parte do entendimento de que a prática representa o conhecimento teórico, este é suficientemente instrumentalizador para uma prática qualificada. Também há uma confusão entre a categoria práxis, a confusão se refere à prática social, prática revolucionária e prática profissional. A prática social existe independente da nossa vontade, ela está dada na realidade e é anterior à consciência, a prática profissional faz parte do conjunto de atividades humanas que compõe a prática social enquanto que a prática revolucionária, em Marx (apud. Santos, 2010), é o modelo radical da práxis, qual seja, a transformação da sociedade pelo homem, do seu modo de produção, da sua forma de sociabilidade burguesa. Isto é, a mais completa das transformações possível de ser alcançada. É a passagem da possibilidade para a efetividade, que na compreensão desse autor, é o proletariado a partir de uma consciência de classe com as condições sócio-históricas propícias de efetivá-las. Desse modo, uma profissão não é capaz de desencadear uma prática revolucionária, pois é responsabilidade do conjunto da classe trabalhadora.

Teoria é que faz a gente refletir, é tudo que conseguimos absorver de conhecimento acumulado, que se transforma naquilo que se quer fazer, direcionar, norteia a prática. A teoria não vem do nada, a teoria são práticas sistematizadas. Assim tem a pretensão de escrever sobre a prática do Serviço Social no CREAS, esse como espaço não formal de aprendizagem. Então nós precisamos refletir sobre a prática, pois a teoria é isso a reflexão sobre a prática.

[...]

A teoria e a prática está totalmente ligada e articulada, pois tudo que temos [que] ler conseguimos ir associando com aquilo que estamos atuando [...] Tudo que vamos lendo vamos vendo na realidade, então está totalmente vinculado uma coisa na outra, totalmente articulada, não há teoria sem prática nem prática sem teoria (Clara Marighella)⁵⁹.

⁵⁹ Segundo o documento consultado a Assistente Social afirmou que já leu o livro de Cláudia Mônica dos Santos: Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação ente teoria, prática instrumentos e técnicas no Serviço Social.

Ademais, a assistente social compreende enquanto identitárias as categorias teoria e prática, ou seja, não reconhece a diferença entre uma e outra. A prática é anterior ao pensamento, isto é, o concreto existe independente do conhecimento que se tenha sobre ele. O objeto pode existir sem o conhecimento do sujeito, mas sem sujeito não há conhecimento. Então, existe uma diferença, mas há uma unidade na diferença. A teoria, no entanto, é o concreto pensado, é a reconstrução do objeto pelo pensamento. O objeto não se altera em decorrência da teoria, o que se altera é o conhecimento que se tem sobre este.

Transportando para a prática profissional, embora aqui tenhamos uma série de mediações que dizem respeito à prática social dos sujeitos usuários, profissionais e outros atores sociais, o conhecimento que se tem da realidade pode possibilitar a escolha ou a criação de procedimentos, instrumentos que melhor atendam a finalidade posta (o teleológico). Isto evidencia o quanto Clara está equivocada na concepção da unidade teoria e prática, tendo em vista que confunde a teoria com a sistematização da prática. A isto Montañó (2009) chamaria de “praticismo” (embora reconheça que há lugar para os dois tipos de conhecimentos, para a teoria e para a sistematização da prática profissional).

A profissional que mais se aproximou do entendimento da unidade teoria e prática foi Margarida Alves, vejamos a seguir:

É comum ouvi que a teoria é uma coisa e que a prática é outra coisa totalmente diferente que não se encontram. No entanto acho que teoria e prática são coisas distinta sim, conceitos diferenciados, mas que no entanto, se entrelaçam no momento da atuação. Para o profissional atuar ele precisa estar a par das leis, das suas reais atribuições, do seu projeto ético-político e sobre a organização que irá atuar. Também precisa estar qualificado, capacitado e teoricamente embasado para ser um profissional que no seu agir seja crítico, reflexivo e político, que saiba intervir de maneira a contribuir para a transformação social. A academia e outros espaços de formação, mesmo que não formal de aprendizagem, é o âmbito necessário e responsável pela formação de profissionais capacitados. Hoje posso dizer na prática a teoria não deve ser outra, mas todo o conhecimento pode servir para moldar o seu fazer profissional (Margarida Alves).

Contudo, o viés “transformador” e o da teoria moldando a prática aparece no seu discurso. Isto demonstra o quanto esta discursão é urgente no interior da categoria, visto a ofensiva neo-conservadora permeando a profissão. A maioria das assistentes sociais entrevistadas foram formadas por universidades presenciais. Apenas duas assistentes sociais fizeram o Curso de Serviço Social na modalidade Educação a Distância (EaD).

Quanto aos instrumentais utilizados em campo: Pareceres, Relatórios, Entrevistas Social, Formulários Socioeconômicos, Registro de Atendimento são comuns à Secretarias de Assistência Social. Acresce-se a estes, Busca Ativa, Visitas Domiciliares, Abordagem Individual e Grupal; Prontuário Social⁶⁰, comuns ao CRAS e CREAS, além do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar realizado pelo CRAS (extrato realizado a partir das respostas encontradas na pesquisa).

Tem-se tentado, no interior da categoria, desenvolver estudos a respeito da dimensão técnica-operativa, sobretudo, com Guerra, Santos, Forti, e, mais recentemente, Backx. A reflexão caminha na seguinte direção: as dimensões da intervenção profissional se explicam e se autoimplicam, e se determinam entre si, ainda que possa haver em situações determinadas, o predomínio de uma sobre a outra (Guerra, 2010 in: Santos; Backx).

Ainda que reconheçamos as dimensões, é a partir da dimensão técnico-operativo que a profissão se legitima. A dimensão técnica-operativa é a maneira como o Serviço Social aparece à sociedade, contudo “se considerada de maneira autônoma é insuficiente para dar respostas qualificadas à realidade social” (ibid. p. 40). Deve-se observar ainda que, no atendimento às emergências como maneira de dar respostas imediata, a dimensão técnico-operativa é acionada. A instrumentalidade, nesse caso, estará na esfera da resolutividade.

A instrumentalidade colocada no âmbito da resolutividade reintroduz no interior da profissão o seu cariz conservador, pragmático e fragmentado se configurando num retrocesso, tendo em vista que se coloca na contramão do projeto ético-político da profissão, o qual busca avançar na construção de respostas as demandas coletivas ampliando o espaço de participação da sociedade.

O projeto ético-político profissional construído a partir dos anos de 1980 aponta no direcionamento de uma prática orientada pelos princípios da liberdade e na defesa intransigente dos direitos (enquanto alguns dos princípios) exigindo um profissional:

[...]culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras

⁶⁰O Prontuário SUAS é um instrumento técnico que tem como objetivo contribuir para a organização e qualificação do conjunto de informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social realizado com as famílias/indivíduos. Permite aos profissionais da Unidade registrar as principais características da família e as ações realizadas com a mesma, preservando assim todo o histórico de relacionamento da família com os serviços da Unidade” (MESQUITA; FARIAS; PALMA, 2012)..

da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 2009, p. 144).

Durante a análise da pesquisa pudemos notar o quanto a possibilidade de imprimir outra lógica a atuação profissional encontra-se fragilizada frente ao caráter tecnicista impresso no seu processo de trabalho. Perfil profissional encontrado em campo revelou, que em sua maioria, os assistentes sociais têm sido incapazes de realizar a articulação entres as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política da intervenção profissional, imprescindível ao exercício profissional crítico e propositivo.

O descompasso entre a unidade teoria e prática tem colocado em xeque, inclusive, a hegemonia do projeto ético-político da profissão. Há, portanto, uma prática que caminha na direção oposta se processando de forma intuitiva, espontânea, imediatista e manipulatória, reduzida à aplicação de procedimentos e técnicas. “Um projeto profissional constitui-se como um guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para ação para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo” (Guerra, 2007b, p. 23).

Até que ponto os profissionais conhecem o Projeto Ético-político Profissional? Em que se constitui os equívocos quanto ao projeto sóciopolítico? Consideramos estas questões importantes de serem respondidas pois não há possibilidade para a efetividade de uma prática orientada por princípios que lhes são alheios.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os instrumentais técnico-operativos na prática profissional dos assistentes sociais e sua relação entre teoria e prática com a finalidade de identificar como tem se processado a unidade teoria e prática à luz do materialismo histórico-dialético, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Chamamos essas considerações iniciais por acreditarmos que de fato é esse o seu caráter. O conhecimento é sempre aproximativo por isso avaliamos que outras análises poderão ser realizadas a partir desse material e que outras investigações serão necessárias para apreensão das determinações as quais não foram possíveis serem captadas com esse trabalho. Essas considerações são resultados de um primeiro movimento e por isso as consideramos iniciais.

Tivemos a pretensão de trazer questões teóricas reflexivas para o centro da discussão no que se refere ao trato à dimensão técnico-operativa da intervenção profissional. A dimensão técnico-operativa possibilita a articulação entre as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, pois é a partir desta que o Serviço Social se legitima e constrói um novo *modus operandi* ou reproduz antigos *ethos*. Contudo, este debate tem ficado à revelia no processo de formação profissional. É preciso questionarmos: qual o lugar e por que a dimensão técnica-operativa tem ocupado um lugar tão subalterno na academia?

O processo de formação profissional tem dado condições para que os assistentes sociais tenha clareza de suas finalidades? Por que reproduzimos o discurso de que na prática a teoria é outra? Há um *pôr teleológico* no exercício profissional? O assistente social tem consciência das implicações das suas escolhas procedimentais, técnicas e políticas? E se não tem, porque não tem? Qual a raiz da questão? Em que se constitui a lacuna no que se refere ao entendimento da unidade teoria e prática?

É mister que entendamos o lugar da dimensão técnico-operativa na academia, pois compreendemos que a partir desta reflexão, avançaremos no que tange à superação da clara dicotomia da unidade teoria e prática, que vem sendo reproduzida através dos discursos e práticas dos profissionais, retomando o cariz conservador e neo-conservador da profissão. Será que estamos assistindo a esse processo de “camarote”, reforçando a racionalidade formal-abstrata à medida em que não nos comprometemos com o debate e à medida que não tomamos medidas efetivas que deem conta destas questões?

Repensar o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social é fundamental sob vários aspectos, no que se refere ao debate da reflexão da ética e da práxis, adensadas às questões

étnicos-raciais e de gênero, compreendendo a particularidade do nosso belo e sofrido Recôncavo.

E no debate da dimensão técnico-operativa, pois observamos que há sérios equívocos no que diz respeito à unidade teoria e prática à luz do materialismo histórico-dialético. Observamos também que há serias dificuldades dentre os profissionais em conseguirem perceber as possibilidades de atuação no seu processo de trabalho. O que as assistentes sociais revelam com essa dificuldade é o resultado do descompasso na apreensão entre teoria e prática, fazendo com que as profissionais não consigam superar a realidade caótica, o que vem fomentado aos assistentes sociais a se obscurecerem no imediatismo pragmatista reificador e reificante nas formas de ser enquanto assistentes sociais. Ora, ousamos o alerta: nos cristalizaremos numa prática reintegradora na “política de apagar incêndios”.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A dimensão Pedagógica do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n 79, set. 2004.

ALAYON, N. **Assistência assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. O Serviço Social no século XXI. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

BARICKAMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATTINI (Org). **Suas: sistema único de assistência social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro de 2004.

BRASIL.**SUAS: configurando o eixo das mudanças**.CapacitaSuas Vol.1. 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRITO, A.E. “**O Ontem Eterno**”? **moradia e desigualdade sócio-racial no brasil, desafio para o Serviço Social**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socioculturais da crise do capital, e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social, 2010.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica**. 32 ed. São Paulo: Cortez/ Celats, 2010.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica**. 35 ed. São Paulo: Cortez/ Celats, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COELHO, M. A. **A Imediaticidade na prática do Assistente Social**. 2008. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

COELHO, M. A. A imediatedicidade na prática do assistente social. _____ **In: Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COUTO, B. R. O direito social, a constituição de 1988 e a seguridade social: do texto constitucional à garantia da assistência social. In: **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, A. C. N. O. **Aspectos do Desenvolvimento Regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do município de cachoeira - Bahia – Brasil**. 343f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) Programa de Doutorado em Territorial e Desenvolvimento Regional. Universidade de Barcelona, Faculdade de Geografia e História. Barcelona, 2006.

FORTI, V.; GUERRA, Y (Orgs). Na prática a teoria é outra?_____ **In: Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FRAGA, C.K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Brasília, n. 101, p. 40-64, jan/mar, 2010.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In_____. **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2007b. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13053/11225/A_INSTRUMENTALIDADE_NO_TRABALHO_DO_SERVICO_SOCIAL___Yolanda_Guerra_1_.PDF> acessado em 26 de maio de 2014.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10. ed. São Paulo, 2008.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

KOSIK, Karel (1976). **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, E.A. **A ofensiva neoconservadora do Serviço Social Contemporâneo: recomposição de novos dilemas**. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais/MG, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os economistas). Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf > acessado em 11 de abril de 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

OLIVEIRA, A.M.C.S. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. 136. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Social. Universidade Federal da Bahia, 2000.

PEDRÃO, F. **Novos e Velhos Elementos da Formação Social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos**. Recôncavo: Revista do Centro de Artes Humanidades e Letras/UFRB. vol. 01, 2007.

POTYARA, A.P.P. A assistência social prevista na constituição de 1988 e operacionalizada pelo PNAS e pelo SUAS. In: **Revista Ser Social**, Brasília, v. 20, p. 63-83, jun/jul, 2007.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In:_____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

SANTOS, C. M. **Na prática a Teoria é Outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, C.M; GUERRA, Y; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa no Serviço: desafios contemporâneos**. 2ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SILVA E SILVA, M.O. **Serviço Social e o Popular: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura**.

SILVEIRA, J.I. O Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas. In: BATTINI (Org). **Suas: sistema único de assistência social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SOUSA, A. Luckács no Debate do Serviço Social Brasileiro. 2010. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In.: **Revista Temporalis**. ABEPSS. Brasília, nº04, 2001.

YAZBEC, M.C. O significado sócio-histórico da profissão. In_____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.